



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 27 DE JULHO DE 2020

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Delfim Neves

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Arlindo Barbosa
Elákcio da Marta
Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 35 minutos.

O Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, através do Líder Parlamentar (Amaro Couto), apresentou uma nota de condolência, pelo desaparecimento físico do Sr. Lúcio Ramos da Costa, ex-deputado do MLSTP/PSD, tendo-se guardado 1 minuto de silêncio.

O Plenário deu início à apreciação, na generalidade, das propostas de lei n.ºs 15 e 16/XI/4.ª/2020 – Leis de Rectificação do Orçamento Geral do Estado (OGE) e das Grandes Opções do Plano (GOP) para o Ano Económico 2020, respectivamente, depois de feita a apresentação, pelo Sr. Primeiro-Ministro (Jorge Bom Jesus), e lido o parecer da 2.ª Comissão, pelo Sr. Deputado Arlindo Ramos (ADI).

No debate, usaram da palavra, além do Sr. Primeiro-Ministro (Jorge Bom Jesus) e dos Srs. Ministros do Planeamento, Finanças e Economia Azul (Osvaldo Vaz), da Saúde (Edgar Neves), do Emprego, Solidariedade e Família (Edlander Matos), da Juventude, Desporto e Empreendedorismo (Vinício Pina), os Srs. Deputados Abnildo d'Oliveira (ADI), Carlos Correia (ADI), Arlindo Ramos (ADI), José António Miguel (ADI), Carlos Pinheiro (ADI), Celmira Sacramento (ADI), Maiquel Espírito Santo (MLSTP/PSD), Filomena Monteiro (MLSTP/PSD), Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD), Ekneide Santos (ADI), Levy Nazaré (ADI) e Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 14 horas e 5 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d'Oliveira**
Adilson Cabral **Managem**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
Anaydi dos Prazeres **Ferreira**
André Varela **Ramos**
Arlindo Quaresma dos **Santos**
Arlindo **Ramos**
Berlindo Branco Vilela **Silvério**
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita** do Nascimento
Carlos **Pinheiro**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Carlos Manuel **Vila Nova**
Celmira de Almeida **Sacramento**
Domingos José da Trindade **Boa Morte**
Ekneide Lima dos **Santos**
Flávio Pires **Mascarenhas** do Ramos
Idalécio Augusto **Quaresma**
Jorge Sousa Ponte Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
José da Graça **Diogo**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Mário Fernando de Jesus **Rainho**
Martinho da Trindade **Domingos**
Paulo Jorge Carvalho
Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**
Sebastião Lopes **Pinheiro**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz José da **Costa**
Adilson dos Reis **Vaz**
Aérton do **Rosário** Crisóstomo
Amaro Pereira de **Couto**
Ana Isabel Meira **Rita**
António das Neves Sacramento **Barros**
Arlindo **Barbosa** Semedo
Aysa Fortes da **Silva**
Cílcio Sodjy da Vera Bandeira Pires dos **Santos**
Cristina Maria Fernandes **Dias**
Danilo Neves dos **Santos**
Elákcio **Afonso** da Marta
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** D'Alva
Gelsa Pinto **Silva**
Guilherme **Octaviano** Viegas dos Ramos
Hélder dos Santos Ceita **Joaquim**
José Rui Tavares **Cardoso**
Jaime Pires Sequeira de **Menezes**
Jerónimo Lima Pires **Quaresma**
Maiquel Jackson do Espírito **Santo**
Manuel **Vicente**
Paula Maria Fonseca **Tavares**
Raúl do Espírito Santo **Cardoso**

Coligação PCD/MDFM-UDD:

Arlindo **Carvalho**
Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**
Delfim Santiago das **Neves**
Felisberto Fernandes **Afonso**
Jamiel Joana **Segunda**

Movimento de Cidadãos Independentes
António Monteiro Fernandes
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**

O Sr. **Presidente**: — Como sabeis, estamos hoje numa sessão exclusiva, para análise, na generalidade, das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE). Não há período antes de ordem do dia, no entanto, recebemos um requerimento do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, que gostaria de introduzir uma nota de condolência. Se não houver qualquer objecção, tratando-se de alguém que já exerceu funções nesta Casa Parlamentar, podemos introduzi-la. A Assembleia terá que deliberar neste sentido.

Peço aos Srs. Líderes Parlamentares para se pronunciarem.
Alguma objecção, Sr. Líder Parlamentar da Coligação?

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Não.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD obviamente que não, porque foi ele quem introduziu o requerimento.
Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Não.

O Sr. **Presidente**: — Trata-se do desaparecimento físico do malgrado Lúcio Ramos da Costa, mais conhecido por Antunes, Ex-Deputado do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Não havendo qualquer objecção, peço ao Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, para fazer a leitura da nota de condolência.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — «Nota de Condolência.

O Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, consternado com o desaparecimento físico de Lúcio Ramos da Costa (Antunes), Ex-Deputado do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, vem nesta hora de luto e de dor apresentar as suas Condolências à Deputada Alda Ramos e demais familiares.

O Gabinete do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, Palácio dos Congressos, em São Tomé, aos 27 de Julho de 2020.

O Presidente do Grupo Parlamentar, Amaro Couro.»

O Sr. **Presidente**: — A Nota será introduzida ou transcrita no *Diário da Assembleia Nacional*. Com efeito, a Mesa propõe 1 minuto de silêncio, sufragando a alma do Ex. Deputado, Lúcio Ramos da Costa.

O Plenário guardou, em pé, 1 minuto de silêncio.

Retomando os nossos trabalhos, peço aos Serviços que convidem o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, para ocuparem os respectivos lugares.

Vamos tentar colocar os telefones em silêncio ou os desligar, para não perturbar os nossos trabalhos.

Agora, aproveito para cumprimentar o Sr. Ministro dos assuntos Parlamentares, que havia esquecido. Peço desculpa.

Penso que os Srs. Deputados estão informados de que a Conferência deliberou o período de 5 horas para este debate, iniciando às 9 às 14 horas. Tendo em conta a conjuntura que vivemos da pandemia do coronavírus, não há condições para o serviço de refeições na Assembleia Nacional. Por isso, quando forem 14 horas, vamos encerrar os nossos trabalhos, independentemente do tempo que registar para qualquer dos Grupos.

Pausa para a entrada dos membros do Governo.

Antes de mais, gostaria de, em nome da Mesa da Assembleia, agradecer a vossa presença.

Já agora, peço a todos os presentes, Deputadas, Deputados, membros do Governo, técnicos de serviço, para usarem correctamente as máscaras.

Iniciando os nossos trabalhos, vou pedir ao Sr. Secretário para fazer o anúncio público do ponto da ordem do dia e o seu enquadramento regimental.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa) — Sua Excelência Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, destintos membros do Governo, muito bom dia.

Passo então à introdução da ordem do dia da reunião plenária de hoje, em que consta o único ponto de ordem do dia, a saber: «discussão e votação, na generalidade, das propostas de lei que aprova o

Orçamento Geral do Estado Rectificativo e as Grandes Opções do Plano para o Ano Económico 2020, enquadrado nos artigos 209.º e 210.º do Regimento da Assembleia Nacional, dos quais passo à leitura: «Artigo 209.º. Debate na generalidade.

Ponto 1. O debate na generalidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado tem a duração mínima de dois dias e máxima de cinco, observando-se o disposto no artigo 158.º.

Ponto 2. O debate inicia-se e encerra-se com uma intervenção do Governo.

Ponto 3. Antes do encerramento do debate, cada grupo parlamentar tem o direito de produzir uma declaração sobre as propostas de lei.

Ponto 4. Durante o debate, as reuniões não têm período de antes da ordem do dia.»

«Artigo 210.º. Votação na generalidade.

No termo do debate, são votadas na generalidade, sucessivamente, as propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado.»

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, o Sr. Secretário.

Com efeito, convido o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, para fazer a sua primeira intervenção, no âmbito do n.º 2 do artigo 209.º do Regimento da Assembleia Nacional.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Jorge Bom Jesus): — Sua Excelência Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados da Nação, Sras. e Srs. Membros do Governo, quadros técnicos e administrativos da Assembleia Nacional, Senhoras e Senhores, Excelências, as minhas cordiais saudações e votos de saúde e bem-estar para todo o povo de São Tomé e Príncipe, em geral, e para cada Deputada e Deputado, em particular.

Renovo a satisfação e honra do XVII Governo Constitucional, suportado pela maioria democrática, MLSTP/PSD, PCD/MDFM-UDD, ao participar na plenária da Casa Parlamentar, nesta sessão de apresentação e discussão do OGE Rectificativo e as GOP para o ano económico vigente. Essas GOP estão em perfeita consonância com o OGE.

Qualquer governação é uma missão, um desígnio nacional, uma viagem com metas, barreiras, e imponderáveis, sobretudo num país em que os recursos são escassos e maioritariamente dependentes da credibilidade e dinâmica de mobilização do Executivo e da boa vontade e engajamento dos parceiros de cooperação.

Depois do primeiro passo nesta Legislatura, aos 3 de Dezembro de 2018, eis aqui diante de vós, dignos representante do povo, o XVII Governo, por mim chefiado, com parte de obras feitas, acções em curso, projectos em carteira, desafios diversos pela frente, em suma, um caminho de 19 meses percorridos, dentre os quais, os últimos 90 dias de estado de emergência, quase 45 dias de estado de calamidade, para, conjuntamente com a augusta Assembleia Nacional, se ponderar os resultados, interagir-se, prestando contas, registar críticas e contribuições, tais como regem as regras do jogo democrático.

A rectificação do OGE 2020 enquadra-se, obviamente, no cumprimento dos compromissos assumidos com os parceiros, no âmbito da Lei sobre Medidas Orçamentais Extraordinárias e Criação de Fundos Resiliência e respectivos relatórios, submetidos à Assembleia Nacional.

De igual modo, este exercício serve para ajustar os números à nova normalidade e realidade social, económica e financeira do País, no âmbito do impacto da crise sanitária, provocada pela pandemia Covid-19 que devastou o mundo inteiro, deixando rastros de considerável número de óbitos, desolação, miséria e crise sem precedente.

De facto, este Orçamento previsional é o mais autêntico dos últimos anos, tendo em conta o pouco tempo de execução, portanto, o que falta para o final do ano económico, e pelo facto de nele estar já reflectido, em números, gastos de todo o esforço desenvolvido pelo Governo, para conter o primeiro ímpeto da pandemia Covid-19, com despesas suplementares e não programadas, nas áreas da Saúde, Educação, Protecção Social, Defesa e Segurança, Infra-estruturas, mitigação do impacto nas empresas nacionais, entre outras.

Para relembrar algumas acções, a saber: cerca de 40 000 cestas básicas distribuídas; mais de 150 000 máscaras confeccionadas; pagamento de 2400 dobras vezes 2600 famílias vulneráveis; pagamento aos idosos, portadores de deficiência, instituições de caridade; pagamento ao sector informal e mais de 90 empresas; transferência para o Mercado de Bobo Forro, rádio-aulas e tele-aulas, etc., portanto, despesas justificadas nos relatórios de prestação de contas de Março, Abril, Maio e Junho, remetidos à Assembleia Nacional.

Efectivamente, o Plano de Contingência concebido pelo Governo, com medidas económicas e financeiras de combate aos efeitos da Covid-19 é uma ferramenta estratégica de prevenção e resposta à crise pandémica, no sentido de prevenir o contágio, proteger o emprego e o rendimento das famílias.

Sras. e Srs. Deputados, Excelências, importa realçar que, com a ajuda de toda gente, povo de São Tomé e Príncipe, em primeiro lugar, os órgãos de soberania, os profissionais da Saúde e da linha da frente, a sociedade civil organizada, a diáspora e a pronta solidariedade internacional dos parceiros bilaterais, multilaterais e instituições financeiras, São Tomé e Príncipe enfrentou, com determinação, a primeira vaga da pandemia, tendo evitado o pior.

A todos, sem excepção, mormente o poder legislativo, que desencadeou o processo, o Governo deixa o testemunho de consideração e gratidão. Todavia, esta crise acentuou as fragilidades estruturais do nosso

país, em quase todas as áreas de desenvolvimento económico e social, se configurando também como uma oportunidade ímpar de regeneração do País, de assunção de novos paradigmas, resgaste de valores, numa perspectiva de reformar, empreender e inovar, com vista à inauguração de um novo ciclo virtuoso de desenvolvimento sustentado, entranhado no sector privado, na justiça social, na independência económica e bem-estar, paz política e governativa, no aprofundamento da democracia e o respeito pelo ambiente.

Com efeito, a mensagem de Sua Excelência o Sr. Presidente da República alude a uma profunda reflexão sobre o estado da Nação, à evolução da situação epidemiológica da pandemia, em São Tomé e Príncipe, à saúde da nossa jovem democracia e ao imperativo de coesão social e identidade nacionais.

Fica aqui expresso o compromisso deste Governo em abrir, de forma descomplexada e isenta, um amplo debate inclusivo com todos os autores sociais, culturais, políticos, empresariais, diásporas, estudiosos, sociedades civil, instituições religiosas, judiciais e militares, parceiros de cooperação, entre outros, para a elaboração do OGE de 2021, com base no pacto de concertação social e geracional, para responder ao leque de desafios do período pós crise e retoma económica.

O OGE Rectificativo, proposto pelo Governo para o exercício económico 2020, está avaliado em Dbs. 3.184.507.000,00 (três mil milhões, cento e oitenta e quatro milhões, quinhentos e sete mil dobrás), cerca de 131 milhões de euros, representando uma diminuição de 7.2% face ao Orçamento inicialmente previsto, enquanto as despesas corrente rectificadas de funcionamento estão fixadas em 1. 806 549 00 (mil milhões, oitocentos e seis milhões, quinhentos e quarenta e nove mil dobrás).

O Programa de Investimentos Públicos corresponde a Dbs 1.183.105.000,00 (mil milhões, cento e oitenta e três milhões, cento e cinco mil dobrás).

Despesas financeiras, amortização da dívida pública, ascendem a Dbs. 104.853.000,00 (cento e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e três mil dobrás).

As despesas efectivas estão fixadas em Dbs. 3. 079. 654.000,00 (três mil milhões, setenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil dobrás), das quais despesas primárias atingem Dbs. 1. 876.685.000,00 (mil milhões, oitocentos e setenta e seis milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil dobrás), o que permitirá chegar ao fim do ano 2020 com um défice global e primário doméstico de Dbs. 271.004.000,00 (duzentos e setenta um milhões e quatro mil dobrás), e Dbs. 511.914.000.00 (quinhentos e onze milhões, novecentos e catorze mil dobrás), cerca de 3 e 5.7 do PIB, respectivamente.

37.2% das despesas totais estão destinadas aos projectos de investimentos públicos e 56.5% das despesas de funcionamento, isto é, manutenção do aparelho do Estado.

A inflação situar-se-á por volta de 8% e défice primário de 6.3 do PIB.

Importa salientar que se espera uma recessão em torno de 6% do PIB, contrariamente à previsão inicial de 3%. Os investimentos públicos serão feitos prioritariamente nas áreas de infra-estruturas, 33.5%, Saúde, 14.2%, Educação, 10.7%, Protecção Social, 11.3%, Turismo, Sector Privado, Agricultura e Pescas, entre outros. Todavia, vigilância máxima perante a evolução da pandemia Covid-19 ao nível mundial, o que poderá contrariar estes números e tomando também em conta a dinâmica do quadro epidemiológico e algum relaxamento da população, no cumprimento das orientações da OMS e Ministério da Saúde, as acções de prevenção e sensibilização devem ser intensificadas, para não se perder os ganhos já conquistados no combate à pandemia. De igual modo, investimentos e esforços vão ser consentidos nas vertentes clínica, epidemiológica, diagnóstica, logística e de formação de recursos humanos. Além da arrecadação de receitas internas e dos 12 milhões do FMI, esperamos receber apoios ao Orçamento Geral do Estado também do FMI, do Banco Mundial, do BAD, da União Europeia e de alguns parceiros bilaterais.

Obrigado pela vossa atenção!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Passemos de imediato à leitura do parecer inclusivo das Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Nacional, solicitando para o efeito ao Presidente da 2.ª Comissão, ou a quem este indicar, para proceder à leitura, mas antes gostaria de pedir ao Sr. Deputado Rui Tavares para ocupar o seu lugar, na respectiva bancada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Como relator das propostas das Grandes Opções do Plano e do OGE Rectificativos, vou passar a ler o «Parecer da 2.ª Comissão Especializada Permanente.

1. Introdução.

Por despacho de Sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia Nacional, foram submetidas à 2.ª Comissão Especializada Permanente, para efeitos de análise e parecer, as propostas de lei do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano Rectificativos para o Ano Económico de 2020, respectivamente.

Assim, a 2.ª Comissão Especializada Permanente, no âmbito das suas atribuições, reuniu-se nos dias 14, 20, 21, 22 e 23 de Julho de 2020, em sessões de trabalho, para analisar as referidas propostas, indigitação do relator e produção do respectivo parecer.

2. Enquadramento legal.

Nos termos do artigo 111.º, conjugados com as alíneas g) e h) do artigo 97.º da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, e o artigo 24.º da Lei n.º 3/2007, alterada pela Lei n.º 12/2009 – SAFE (Sistema de Administração Financeira do Estado), bem como o artigo 205.º do Regimento da Assembleia Nacional, o Governo apresentou à Assembleia Nacional as propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado Rectificativos para o Ano Económico de 2020, obedecendo a todas as formalidades legais estabelecidas.

3. Contexto (Fundamentos e Estratégia da Revisão Orçamental).

Num contexto de crise mundial com reflexos internos, crise sanitária e recessão económica, a resposta do Governo aos efeitos da Covid-19, declarada pandemia a 11 de Março de 2020, pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e, subsequentemente, a declaração do estado de emergência, a 17 de Março (Decreto Presidencial n.º 3/2020) e da Lei n.º 04/2020 (Medidas Orçamentais Extraordinárias), foi apresentada à Assembleia Nacional a proposta do Orçamento Geral do Estado Rectificativo (POGER), visando a reorientação das prioridades políticas do Executivo, com base em: salvar a vida, salvar o emprego e o rendimento das famílias e salvar a economia.

O XVII Governo elegeu as suas políticas delineadas com o seu Programa, as Grandes Opções do Plano Rectificativo (GOPR) e o Plano Nacional de Contingência (PNC) da Covid-19, para alcançar os objectivos prioritários nos próximos anos, visando a melhoria dos principais indicadores económicos, o crescimento da actividade económica, a criação de emprego e da redução da pobreza.

Em termos gerais, no contexto da revisão orçamental, a resposta do Executivo à nova realidade económica consubstanciou-se na redução das receitas correntes em 1.319.870 milhares de dobras contra 1.530.267 milhares de dobras, inicialmente previstos, motivada pela perda parcial das receitas fiscais (impostos directos); na diminuição da despesa global em 3.184.507 milhares de dobras contra 3.431.465 milhares de dobras, inicialmente previstos, justificada pela queda do Programa de Investimento Público (PIP) e no aumento das despesas de funcionamento em 1.896.549 milhares de dobras contra 1.742.935 milhares de dobras, com o consequente aumento do nível de endividamento público.

4. Cenário macroeconómico e o impacto da Covid-19 nas finanças públicas (Quadro I).

A proposta do Orçamento Geral do Estado Rectificativo (POGER) considerou um cenário macroeconómico de recessão, com uma variação anual de (-6,0% do PIB) e um crescimento económico de 8.890 milhares de dobras e uma inflação (8,0%), ambos revistos em baixa; a manutenção das Reservas Internacionais Líquidas (RIL) em 1,9 meses de importação, independentemente das restrições impostas pela crise internacional na circulação de bens e serviços e de capitais, do agravamento do défice crónico da Balança de Pagamentos em -1,9% (-17,0%, inicialmente previsto contra -18,9% rectificativo) e da degradação do saldo primário interno de -1,8% do PIB inicialmente previsto para -6,3% do PIB revisto (-4,5%).

5. Análise do Orçamento Geral do Estado Revisto para 2020:

5.1. Revisão Orçamental – Receitas Correntes (anexo 1 da Lei).

O contexto macroeconómico afectou a capacidade de arrecadação das receitas endógenas, consequentemente, a revisão orçamental prevê as receitas correntes, sem donativos, em 1.319.870 milhares de dobras, com uma redução de 210.397 milhares de dobras, provocada pela queda das receitas fiscais em 118.322 milhares de dobras e não fiscais em 92.075 milhares de dobras.

A previsão revista das receitas fiscais é de 1.152.404 milhares de dobras, traduzindo-se num decréscimo ténue das mesmas em 118.322 milhares de dobras, comparativamente ao OGE inicial e provocada pelo decréscimo de todas as componentes das receitas fiscais, com excepção do acréscimo do imposto sobre a importação com 30.962 milhares de dobras e do imposto sobre o consumo com 55.308 milhares de dobras.

A revisão orçamental anula o IVA, previsto no OGE inicial em 89.773 milhares de dobras, representando 7,3% das receitas fiscais e 5,9% da receita global que devia ser arrecadada no primeiro semestre.

A previsão revista das receitas não fiscais é de 167.466 milhares de dobras, traduzindo-se num decréscimo 92.075 milhares de dobras, provocado pelo decréscimo de todas as demais rubricas, com excepção do aumento dos rendimentos de pesca em 1.714 milhares de dobras e das receitas do petróleo em 843 milhares de dobras. Porém, no total, as rubricas de receitas fiscais e não fiscais, que aumentaram, não compensaram a queda registada nas demais rubricas com impacto nas receitas correntes.

A revisão orçamental contempla donativos de 1.423.069 milhares de dobras, sendo que, para projectos 951.500 milhares de dobras; de apoio directo ao Orçamento 408.314 milhares de dobras e de recursos provenientes da iniciativa HIPC 63.255 milhares de dobras, com uma redução de 287.868 milhares de dobras face ao inicialmente previsto 1.710.937 milhares de dobras, provocada pela diminuição dos donativos para projectos e dos recursos provenientes da iniciativa HIPC.

A revisão orçamental não afectou as receitas consignadas, porém, a omissão do mapa com a estimativa das receitas cessante na proposta do Orçamento Geral do Estado Revisto impossibilitou a identificação e análise da renúncia fiscal, face ao pacote de benefícios e incentivos fiscais criados pelo Executivo, em resposta à crise e estímulo à economia.

5.2. Revisão Orçamental – orçamento de funcionamento (Anexo II da Lei).

As despesas de funcionamento revistas são de 1.896.549 milhares de dobras, traduzindo-se num aumento de 153.614 milhares de dobras, justificado pelo aumento de todas as rubricas de despesas, dentre elas, com o pessoal em 80.257 milhares de dobras, fornecimento de bens e serviços 65.120 milhares de dobras, transferências correntes 8.395 milhares de dobras e outras despesas 23.300 milhares de dobras.

A rigidez estrutural do orçamento de funcionamento reflecte a sua dependência às despesas obrigatórias que representam 96,52% do montante total de funcionamento, sendo que, 53,56% despesas com pessoal, 17,55% fornecimentos de bens e serviços, 17,82%, transferências correntes e 11,04%, outras despesas correntes diversas.

A única rubrica da despesa de funcionamento que registou uma redução é a de juros e outros encargos da dívida pública em (23.458 milhares de dobrás), muito por força das medidas moratórias dos credores internacionais, lançadas pelo FMI/BM e desenvolvidas pelo grupo de países do G20 e do Clube de Paris.

Revisão Orçamental – orçamento de investimento (Quadro 5).

A previsão revista do Programa de Investimento Público (PIP) é de 1.183.105 milhares de dobrás, traduzindo-se numa redução dos investimentos públicos em 344.223 milhares de dobrás, justificada essencialmente pela queda dos recursos externos ao nível dos donativos, em 422.226 milhares de dobrás, e dos recursos internos ao nível do Fundo HIPC 4.800 milhares de dobrás. Os fundos externos, empréstimos que exigem a contrapartida nacional aumentaram em 78.060 milhares de dobrás e justificam o aumento com recursos ordinários do Tesouro, 4.743 milhares de dobrás.

Revisão orçamental por localização geográfica – orçamento de investimento (Quadro 9).

Em termos geográficos, a revisão orçamental e a realocação de verbas iniciais reforçaram as verbas destinadas a São Tomé, que se fixam em 86.654 milhares de dobrás (22.320 milhares de dobrás de acréscimo), e Lobata em 44.800 milhares de dobrás (16.800 milhares de dobrás de acréscimo), em contrapartida da redução dos demais distritos, com destaque para as maiores reduções verificadas na nacional de 884.341 milhares de dobrás (273.114 milhares de dobrás de decréscimo), na Água Grande de 50.547 milhares de dobrás (43.659 milhares de dobrás de decréscimo) e no Príncipe de 48.500 milhares de dobrás (36.475 milhares de dobrás de decréscimo).

Revisão orçamental por classificação orgânica — orçamento de investimentos (Quadro 7).

Em termos orgânicos, a realocação de verbas iniciais aumentou a disponibilidade orçamental em apenas 2 órgãos: o Ministério de Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional 133.894 milhares de dobrás, correspondente a 11,3%, 89.788 milhares de dobrás de acréscimo) e o Ministério de Planeamento, Finanças e Economia Azul, de 67.525 milhares de dobrás, correspondente a 5,7% (10.937 milhares de dobrás de acréscimo), em contrapartida dos cortes nos demais órgãos com destaque para os maiores verificados na Assembleia Nacional, de 22.326 milhares de dobrás (33.500 milhares de dobrás de decréscimo), no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 15.558 milhares de dobrás (33.547 milhares de dobrás de decréscimo) e no Ministério de Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, de 395.800 (101.712 milhares de dobrás de decréscimo).

Revisão orçamental por classificação funcional — orçamento de investimentos (Quadro 8).

Na revisão orçamental verifica-se que a maior afectação de recursos é canalizada para função Transporte e Comunicação com 18,4%, seguido de Segurança e Assistência Social com 15,3%, Saúde com 13,8%, serviços públicos gerais com 13,5% e Educação com 11%.»

Conclusão.

Sras. e Srs. Deputados, só para fazer referência que a esta conclusão é só da 2.ª Comissão, portanto, vou passar a ler os pareceres das outras comissões.

«Conclusão.

1. A 2.ª Comissão, na análise da proposta do OGER, conclui que:

a) Na proposta do OGER, o Governo considera um cenário macroeconómico de recessão de -6% do PIB e uma inflação de 8%;

b) A redução substancial das receitas correntes em 2,4% do PIB, provocada pela queda das receitas fiscais, em 1,3% do PIB, e das não fiscais, em 1,0% do PIB;

c) Na proposta do Orçamento Geral do Estado Rectificativo foi anulado o imposto do valor acrescentado (IVA);

d) A previsão revista das outras receitas (não fiscais) traduz-se num decréscimo de 1,0% do PIB provocado pelo decréscimo de todas as demais rubricas, com excepção do aumento dos rendimentos das pescas e das receitas de petróleo;

e) A revisão orçamental contempla donativos para projectos, para o apoio directo ao Orçamento e os recursos provenientes da iniciativa HIPC, com uma redução de 287.868 milhares de dobrás face ao inicialmente previsto;

f) A revisão orçamental prioriza a realocação de verbas, às orgânicas do Ministério de Obras Públicas Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, de 33,5%, seguido do Ministério da Saúde, com 14,2%, do Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional, com 11,3%, Ministério de Educação e Ensino Superior, com 10,7%, e Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, com 6,6%.

g) A previsão revista das despesas de funcionamento traduz-se num aumento das despesas fixas em 8,8% em relação ao inicialmente previsto, justificado pelo aumento de todas as rubricas de despesas, dentre elas, com o pessoal, fornecimento de bens e serviços, transferências correntes e outras despesas.

h) A previsão revista do PIP traduz-se numa redução de investimentos, justificada essencialmente pela queda dos recursos externos ao nível dos donativos e de recursos internos ao nível HIPC;

- i) Os fundos externos, (empréstimos) que exigem contrapartida nacional, aumentaram e justificaram o aumento dos recursos ordinários do Tesouro;
- j) A previsão revista das receitas efectivas, incluindo donativos, que se prevê em 30,7% do PIB, é inferior às despesas totais fixadas (efectivas mais financeiras), em 35,6% do PIB, agravando o défice fiscal;
- k) A queda das receitas efectivas contraria o aumento das despesas de funcionamento em 8,09%, provocando um aumento de crédito adicional, agravando assim o saldo global deficitário;
- l) O valor total do financiamento previsto na revisão orçamental é de 441.568 milhares de dobras, sendo interno de 85.546 milhares de dobras, contra 83.263 milhares de dobras previstos inicialmente, e externo de 356.022 milhares de dobras contra 107.398 milhares de dobras, com um aumento de 220.909 milhares dobras no Orçamento Rectificativo;
- m) O Financiamento interno é influenciado essencialmente pela rubrica de Conta Nacional do Petróleo, cujo valor real transferido para a Conta do Tesouro, no transacto mês de Março, foi de 84.046 milhares de dobras;
- n) O Financiamento externo representa 96.1% do financiamento total do PIP, sob forma de donativos e/ou empréstimos conceptionais;
- o) A revisão orçamental não contempla informações sobre o *stock* da dívida pública e o seu peso relativo ao PIB, optando apenas por dar informações sobre as necessidades de financiamento do Estado no OGE Rectificativo.
- p) Neste cenário de crise, existe um elevado risco associado à contracção da dívida pública adicional, sobretudo quando São Tomé e Príncipe já faz parte da iniciativa dos países altamente endividados (HIPC), pelo que este indicador de peso relativo permitiria ao Legislativo (*Assembleia Nacional*), rapidamente analisar a capacidade do País em honrar com os compromissos adicionais assumidos, e avaliar o potencial risco associado, dada a situação da difícil sustentabilidade da dívida pública, agravada em tempos de crise.»

Concluído o parecer da 2.^a Comissão, passo a ler o parecer das outras Comissões Especializadas Permanentes.

Gostaria de pedir a anuência dos Presidentes da Comissões, para que dispensássemos a contextualidade dos pareceres e o enquadramento legal, e passemos directamente às recomendações e conclusões das respectivas Comissões.

Na 1.^a Comissão, para além do aspecto jurídico-constitucional e do enquadramento legal das propostas, não vi conclusão nem recomendação, portanto, passo à 3.^a Comissão, que também dispenso a contextualidade e passo à constatação.

«Constatação da 3.^a Comissão.

1. A Comissão constatou que, tendo em conta a necessidade de um maior investimento no Sistema Nacional de Saúde para fazer face à crise pandémica, houve um aumento da verba prevista para este sector, na ordem de 2% neste Orçamento Rectificativo, comparativamente ao inicialmente previsto para o Ano Económico em curso (12,29% para 14,2 %). No entanto, a crise pandémica veio reforçar a necessidade de um maior investimento no Sector da Saúde.

2. Relativamente ao Sector da Educação, constatou-se que houve uma redução da verba prevista para este sector, comparativamente com o orçamento previsto anteriormente (12,9% para 10,7%).

3. Quanto ao Sector do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional, a Comissão constatou um aumento significativo de 2,9% para 11,3%, onde se destacam as actividades de apoio à protecção de emprego, no Sector do Turismo e outros, financiados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).»

«Recomendação da 3.^a Comissão.

Assim, a Comissão recomenda ao Governo o seguinte:

Reforço da capacidade dos técnicos e profissionais de Saúde.

Reforço das medidas de prevenção à Covid-19.

Melhorar a capacidade de testagem (PCR) à Covid-19.

Preparar devidamente o próximo ano lectivo, tendo em conta as normas em vigor de prevenção à Covid-19.»

«Constatações da 4.^a Comissão.

Constata-se que existe uma interligação entre o Programa do Governo, as GOP e o OGE Rectificativos.

Com o aparecimento da pandemia Covid-19, que veio alterar negativamente as previsões de recursos, para a implementação das medidas relativas ao Sector dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, houve a necessidade de adequar o OGE às novas necessidades decorrentes da pandemia.»

«Constatações da 5.^a Comissão.

Da análise feita, é de constatar que existe uma harmonização entre o Programa do Governo e os projectos inscritos nas GOP e no OGE Rectificativos.

Relativamente à elaboração da Estratégia Nacional Contra a Violência Baseada no Género, consideramos que é de extrema importância para a implementação das acções, tendo em conta a realidade actual do País, relacionado com a violência.

A descentralização dos centros de aconselhamento vem sobre maneira melhorar os serviços de atendimento às vítimas de violência doméstica, mas se verifica que não existem verbas inscritas para a construção desses mesmos centros a nível nacional.

É de salutar a prática das mais distintas modalidades ao nível do desporto nacional, bem como as diferentes acções para o seu desenvolvimento, visando a promoção da coesão social e a projecção da imagem do País.

Face à actual situação de desemprego que se regista no País, em particular com repercussão para a juventude, o empreendedorismo jovem tem como finalidade elevar o nível de vida dos jovens.

No que concerne a família, a Comissão pôde constatar que existe continuidade das actividades relativas à educação parental, pelo que necessário se torna alocar mais recursos para o efeito.

Relativamente às telecomunicações, a Comissão considera que o seu desenvolvimento deve ser devidamente acompanhado através da criação de condições do sector afim. Consta-se ainda que a verba afectada à Comunicação é insignificante, tendo em conta as demandas actuais deste sector.»

«Recomendações.

Considerando que as propostas de lei em apreço cumprem todos os requisitos legais necessários à sua tramitação, as Comissões Especializadas Permanentes recomendam que sejam submetidas ao Plenário, nos termos dos artigos 209.º e 210.º do Regimento da Assembleia Nacional, para discussão e votação, na generalidade.

Eis, Excelência, o teor do parecer das Comissões Especializadas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Relator da 2.ª Comissão.

Quero aproveitar a oportunidade para agradecer às Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Nacional, pelos trabalhos desenvolvidos, com particular atenção à 2.ª Comissão, inclusive aos Consultores da Assembleia Nacional, pela apresentação dum parecer exaustivo, devidamente circunstanciado e elucidativo. Esta referência é feita, porque julgo que durante o intervalo forçado pela Pandemia do coronavírus, deu-nos algum alento para uma reflexão profunda sobre a nossa realidade, e começamos a fazer o trabalho com alguma qualidade superior àquilo que fazíamos anteriormente.

Com efeito, após a intervenção de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro e apresentação dos pareceres das Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Nacional, passemos à fase de debate.

Estão abertas as inscrições para as Sras. e Srs. Deputados e os membros do Governo que queiram participar nesta fase do processo da análise, na generalidade, das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, é com grande expectativa que os são-tomenses acompanham e aguardam o bom desfecho deste debate, sobretudo que haja clareza na definição e reorientação da sua vida.

A discussão do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções, mais particularmente o Orçamento Geral do Estado, ganha por isso um relevo, e nós todos devemos contribuir. Porém, a responsabilidade de viabilizar um Orçamento de Estado é tão importante quanto à sua apresentação de forma coerente, quer do ponto de vista da capacidade do próprio Estado, quer do ponto de vista das necessidades de cada cidadão.

Não podemos obviamente discutir apenas letras e números, somos também forçados a discutir sinais, e os sinais que estão neste Orçamento e os sinais que o Sr. Primeiro-Ministro tem dado são sinais que desapontam a todos, nossa opinião. Primeiro, porque gostaríamos que para o Orçamento Rectificativo conseguíssemos efectivamente ter um nível de receitas, donativos e financiamento, no valor estimado de 130 milhões de euros.

Segundo, infelizmente, a Covid-19 trouxe muitas lições, mas o Sr. Primeiro-Ministro tem faltado a muitas aulas. Este é o sentimento que temos, não só o Grupo Parlamentar do ADI, mas toda a população, quando vimos apresentar um Orçamento Rectificativo, em pleno auge da pandemia, com um valor que mesmo quando a economia cresceu de 4 a 6% e que todos os parceiros nossos gozavam de uma boa situação financeira, ainda assim, nunca conseguimos realizar este nível de receitas e despesas.

Terceiro, se mesmo com uma economia dependente em 90% de financiamento externo, para investir, ainda assim, projectamos receitas internas de 54 milhões de euros, donativos em 58 milhões e financiamentos interno e externo no valor de 18 milhões. Ainda não sei quando, Sr. Primeiro-Ministro, vamos todos consciencializar-nos de que quanto maior for o valor do Orçamento não realizado, aumenta a expectativa, e muitos sonhos dos cidadãos ficam por realizar.

Reportando, porque falar da projecção para este ano e prever o futuro, temos que ver o alicerce da casa. Em 2018, a economia cresceu em apenas 2.9%, executamos despesas efectivas, excluindo juro apenas 90.8 milhões de euros.

Sr. Primeiro-Ministro, em 2019, 1 ano depois, quando o senhor já no Governo e com aquela esperança da população em ver a economia robusta, houve um novo abrandamento do crescimento económico e a economia cresceu apenas 1.3%. Foi o pior crescimento económico que tivemos nas últimas duas décadas. Entretanto, quer no seu manifesto eleitoral, quer no seu Programa, que esta Casa aprovou, nos sucessivos orçamentos e grandes opções de plano, o senhor propõe, e este GOP também, um crescimento económico

robusto. Como justifica o crescimento robusto com o pior crescimento nas últimas duas décadas? Qual é a justificação? Certamente que me vai dizer que é por causa dos nossos parceiros, etc., etc., mas, como disse, os nossos parceiros, em 2019, gozavam de boa saúde financeira, comparativamente a 2020 e não tínhamos a pandemia.

O Sr. Primeiro-Ministro foi e é professor. Aquilo que apresenta revela um mau aluno. Mau aluno, porque em 2019, como disse com uma economia a crescer 1.3%, pior das últimas décadas, não se pode desculpar com a questão da pandemia, infelizmente para si.

O senhor é mau aluno, porque se a justificação é diminuição de ajudas e as ajudas públicas a desenvolvimento tendem a decrescer cada vez mais, não é de hoje e não é com este governo, com o anterior governo também, com os outros anteriores também. Logo, qualquer justificação de que as ajudas externas estão a diminuir não convence, porque revela a sua incapacidade negocial, a sua falta de capacidade em negociar e convencer os parceiros para poder mobilizar fundos. Aliás, vimos isso na nossa televisão, o senhor é um mau negociador.

Aqui não venho inventar história. Um meu amigo disse: «o senhor que anda no *facebook* deve falar lá na Assembleia» e falo aqui, o senhor é um mau negociador.

Aquando da inauguração da fabrica de engarrafamento de água, o senhor ainda se lembra o que disse sobre o empresário? Por outras palavras: «pressionei o investidor». É seu dinheiro, Sr. Primeiro-Ministro? O senhor vai pressionar um parceiro?

Risos.

O senhor pode negociar. Tem que pressionar, sim, a empresa que está a fazer obras com o investimento do Estado. Mesmo que seja empresa de camarada, por exemplo, a obra da Marginal 12 de Julho, essa sim merece pressão, para que não só termine a tempo, como se encontre a verdadeira qualidade.

Uma vez que estamos a discutir dois diplomas, podemos falar um pouco e mais demoradamente sobre as GOP, porque se não tivermos as bases assentes, podemos aqui projectar todos os pressupostos macroeconómicos e nada valerá sem a vontade política, e a sua vontade política está expressa nas GOP.

Com a Covid-19, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor disse que reorientou as suas políticas para alcançar três objectivos, claramente, na nossa perspectiva, insuficientes, porque em momento algum o senhor diz que políticas pretende implementar e como as implementar, para alcançar esses três objectivos, nomeadamente: salvar vidas, empregos, rendimento de pessoas e salvar a economia.

Essas medidas que o senhor está a propor aqui todos os governos anunciaram e prosseguiram. Logo, numa situação dessa, tínhamos que ter algo novo, porque estamos no período especial, temos que ter propostas especiais.

É nosso entendimento que vir apenas definir três objectivos no Orçamento Rectificativo não estamos a agregar valores. Por falar em não agregar valor, um pouco mais além do documento, aliás das medidas todas, o senhor propõe a prevenção da doença. É bom, só que não basta estar escrito, é a melhor saída, sim senhora, tendo em conta a realidade do País, não podemos prever investir na medicina curativa, sobretudo a questão da Covid-19, com as despesas todas que ela tem. Temos que trabalhar na prevenção.

Sr. Primeiro-Ministro, o senhor não está em condições de executar estas medidas, porque já revelou, não está e não vai conseguir, porque o senhor fez uma entrada triunfal como Jesus, aliás é Bom Jesus, quando Jesus fazia entrada triunfal em Jerusalém, no Mercado de Bôbô Forro, no dia 23, só faltava, na procissão, velas e ramos. Depois da entrada triunfal, o senhor fez comício de ajuntamento. Como está a propor-nos aqui a prevenção, se o senhor no seu decreto diz: «distanciamento social» e o senhor promoveu ajuntamento, com música, megafone, etc., etc. Gostaria que me explicasse se o estado de calamidade foi suspenso ou se a condição de prevenção foi temporariamente suspensa. Se não, o senhor teve uma atitude continuada. No dia seguinte, estou a falar, porque está aqui a proposta do Primeiro-Ministro, que ele projecta, e nesta questão de prevenção, em Lembá, Sr. Primeiro-Ministro, ia à sua trás, também no cortejo, *bulawé* com as pessoas agrupadas sem máscaras. Então, o senhor está a promover a prevenção? É desse jeito?

Voltando a economia robusta, vou ficar aqui por este pequeno intróito. O povo não está a sentir a economia robusta. O único crescimento robusto, a única robustez que está presente, isso não é coisa subjectiva, está nos rostos dos ministros, particularmente no Sr. Primeiro-Ministro. A máscara de prevenção está com dificuldade de o poder proteger. É o único crescimento robusto que o povo está a assistir.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Caros Colegas Deputados, bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, estamos hoje aqui perante a discussão deste Orçamento Rectificativo, mas não podia avançar outras preocupações, antes que pudesse tecer duas questões a Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, Jorge Bom Jesus.

Gostaria de saber, Sr. Primeiro-Ministro, quanto é que o seu Governo recebeu, até a data, em termos de materiais, equipamentos, ajuda financeira, nesta quadra da Covid-19. Que o senhor nos facultasse a lista nominal destas ajudas e quanto é que isto representa, em termos económicos.

A segunda questão, também gostaria de saber, porque num dos últimos balanços da questão de emergência, Sua Excelência o Sr. Presidente da República fez uma série de questões ao Governo e até a data não ouvimos sequer uma resposta. Gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro nos brindasse aqui, já que estivemos com o plenário fechado, que o povo ouvisse sobre algumas questões pertinentes que foram levantadas por Sua Excelência o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, não obstante ter estado cá a ler os pareceres, nem tudo, muitas vezes, conseguimos introduzir no parecer, por isso há algumas dúvidas que, como Deputado, preciso que o Sr. Primeiro-Ministro me esclareça, mas antes uma nota prévia sobre o cumprimento daquilo que são as normas e as regras estabelecidas pelo Parlamento e também a disponibilidade manifestada pelo Governo, em colaborar e cumprir sempre tudo aquilo que a Assembleia o exige. Falo isso porque, nos últimos tempos, temos estado a receber documentos, principalmente falo a partir do surgimento da pandemia Covid-19, para os relatórios de execução, a Lei estipulava um prazo de entrega até o dia 15 de cada mês, ou 15 do mês seguinte, do relatório do mês anterior. Infelizmente, neste período da Covid-19, os relatórios de Março e Abril vieram no mesmo dia, quer dizer, em Maio, e os relatórios de Maio, em Junho. Estávamos perante uma situação de crise, em que havia necessidade de termos alguns documentos para analisar, de modo a termos uma análise mais consciente daquilo que são as propostas no Orçamento Rectificativo. Infelizmente, os atrasos nos impossibilitaram que essa análise fosse feita de uma forma consciente ou mais clara dos indicadores que o próprio Orçamento apresentava, em relação aos donativos, particularmente, como disse o Deputado que me antecedeu. Não tivemos tempo material suficiente para questionarmos o Governo sobre os donativos que recebeu durante a pandemia.

Outra questão é que recebemos o relatório de execução do primeiro trimestre, contrariamente àquilo que o Sr. Primeiro-Ministro disse aqui até Março, e este veio inclusive depois das propostas do Orçamento Rectificativo terem dado entrada na Assembleia. Isso não é disponibilidade em colaborar. Isso é complicar os trabalhos que as comissões fazem, porque estamos aqui para analisar os documentos e fazer uma análise daquilo que são os números, as execuções, as perspectivas que o Governo pretende fazer. É uma questão prévia.

Eu gostaria de fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro sobre aspectos que vêm na própria proposta. Nos dois anexos que estão na proposta de lei do Orçamento, o Governo propõe mais empréstimos. Inicialmente, tinha previsto um empréstimo no valor de 107.398, mas no Orçamento revisto o Governo prevê um aumento de 356.022. Quer dizer, saímos de 107 para 356.022. Gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro pudesse explicar-nos qual é a razão de termos que recorrer a mais empréstimos. Não estou a dizer que não podemos, que não há razão para isso, mas gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro me explicasse, já que o Orçamento não me dá pistas, para que eu possa dizer que concordo ou não com a proposta de mais empréstimos. Por isso, preciso de esclarecimento sobre o porquê de o Governo propor fazer mais empréstimos.

Outra questão que me levantou alguma dúvida é que diminuámos as receitas, particularmente as receitas correntes. Como sabe, faz parte também do grupo de receitas correntes o IRS, que nós designamos imposta sobre o salário. Este imposto baixou.

Se formos para o quadro das despesas de funcionamento, as despesas com o pessoal aumentaram. Portanto, eu gostaria que me explicasse. Se a despesa com o pessoal aumenta, por que é que o IRS é menos? Não é contra-senso ter uma maior despesa e menor IRS. É preciso explicar melhor essa situação.

Depois, esperava que neste Orçamento Rectificativo o Governo fosse mais ousado, em cortar muito mais despesas que realmente não se justificam, em tempo de crise. E temos aqui, no quadro das Tabelas de Operações Financeiras, despesas que aumentaram, despesas que mantiveram o mesmo valor e há uma necessidade de sermos mais ousados, porque estamos numa crise e temos que priorizar as despesas que achamos que nos ajudam a enfrentar a crise. Não criar mais problemas ao próprio País.

Por último, um apelo que faço ao Sr. Primeiro-Ministro, é preciso ler os documentos que vêm à Assembleia Nacional. Não é só mandar fazer. Leia antes de assinar, porque há aqui aspectos que são contraditórios. Os mapas dizem uma coisa e a explicação diz outra coisa. Por isso, era bom rever os documentos depois de eles estarem elaborados.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Gostaria de iniciar a minha intervenção, dizendo ao Sr. Primeiro-Ministro que fui ouvindo com atenção o seu discurso de introdução a este debate, em que fez alusão, em termos de valores, àquilo que deu às famílias e às empresas, relativamente ao apoio para fazerem face à pandemia Covid-19. No entanto, não fez referência a quanto deu ao sector informal, por pessoa. Fez referência que deu 2 000 e qualquer coisa a cada família, penso eu, fez referência ao que deu às empresas, mas não fez referência em termos de

número. Não sei se é porque o valor é muito alto ou porque é muito baixo e preferiu omitir. Era bom que fizesse alusão a isso.

Outra questão é dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que perdeu uma grande oportunidade, com este Orçamento Rectificativo, para atender às demandas do Sector da Saúde. Há bem pouco tempo, esteve cá na Assembleia Nacional representantes da Ordem dos Médicos, que fizeram uma radiografia, das piores, do Sistema Nacional de Saúde. Disseram que o Sistema vai mal e que era preciso fazer alguma coisa. Se calhar vieram cá pedir o apoio da Assembleia, particularmente do Presidente da Assembleia, no sentido de ajudar a salvar a situação.

O que é que estávamos a prever com este Orçamento? Tendo em conta que estamos num momento de pandemia e o Sistema Nacional de Saúde, como todos sabemos, está numa situação de lástima, que era preciso canalizar verbas para, no mínimo, tentar ajudar a salvar a situação.

Por isso digo que o senhor perdeu de facto uma grande oportunidade para fazer isso. Porquê? Ouvimos atentamente o parecer da 2.^a Comissão, que falou dos sectores que viram o seu orçamento crescer: Infra-estrutura e Segurança Social, mas o Sector da Saúde cresceu apenas 2%. Por isso, pensamos que o senhor aí pecou, e era bom que o explicasse. Se calhar tem razões de sobra para emagrecer o Sector da Saúde, quando deveria dar maior «robustez» a este, como é o seu apanágio. Estamos numa perspectiva de «crescimento robusto», logo, o senhor deveria revelar essa robustez no Sector da Saúde, quando a situação é lastimável.

Há um grito que se calhar só o Sr. Primeiro-Ministro não ouve. O Sector da Saúde não está bem, todos falam disso e era bom que o Sr. Primeiro-Ministro ouvisse isso.

Outro aspecto, venho reforçar a pergunta que colocou o meu colega. Não vemos cá no Orçamento, em termos contabilísticos, quanto é que o Governo recebeu no âmbito do apoio à questão da pandemia. Gostaria que nos explicasse quanto recebeu, em termos de número. Recebeu apoios que podem ser convertidos em termos numéricos, em termos de valor, para ficar no Orçamento, para sabermos aquilo que recebeu.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro, Srs. membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

A minha preocupação tem a ver com a questão formal da própria proposta de lei do Orçamento Rectificativo. Fico com a sensação de que não estamos perante uma lei de alteração do OGE, mas sim perante um novo orçamento. Mesmo na nossa prática jurídica, a forma como fazemos aqui a alteração das leis, esta proposta de lei não está conforme os requisitos. Esperava que houvesse uma proposta de alteração simplesmente com os artigos que vão ser alterados. O próprio texto nos orientava e nos diria quais são os artigos que estão a ser alterados. Não estamos a aprovar um novo orçamento, estamos a aprovar a alteração do OGE, e nem tudo está a ser alterado.

Há aqui um novo orçamento, daí que a própria Assembleia Nacional está a permitir que os Deputados, sinceramente não consigo ler todo o documento, não tive tempo suficiente para saber o que está a ser alterado, no geral. É verdade que estão algumas despesas, mas é necessário dizer que as despesas tal do artigo tal foram alteradas para o montante x, o défice previsto na Lei n.º 1, de tal, tal, passa a ser agora tal. Portanto, qualquer jurista que pega nisto, vê que há muita confusão, isto não está conforme.

Sinceramente, quando o Governo introduziu os documentos na Assembleia, as Comissões também deveriam trabalhar neste sentido. O que é que está a ser alterado? Isso é mais um Orçamento do que propriamente uma alteração. Mesmo no cabeçalho, por exemplo, objecto, artigo n.º 2, estimativa de receitas: é estimado, tal, tal. Este valor, na Lei do Orçamento, é alterado. Os artigos que não estão a ser alterados não têm que aparecer aqui, porque nós só estamos a discutir a alteração da Lei do Orçamento.

Bem, esta é uma questão que julgo que também devemos ter em conta, se calhar não há tempo pra isto, mas é uma chamada de atenção que faço.

Outra questão é em relação ao princípio fundamental do Orçamento, que a Lei do SAFE estipula que deve haver unidade orçamental. Ou seja, devemos ter somente um Orçamento de Estado. É proibido que haja orçamentos extras. Existem instituições do Estado que têm orçamentos que prevêm receitas e estimam despesas que não estão aqui neste Orçamento. E nós já falámos disso, muitas vezes. Espero que o Governo, se não conseguir agora, para o próximo Orçamento faça um esforço para fazer com que essas instituições tenham o orçamento incluído no Orçamento Geral do Estado. Estou a falar da Rádio Nacional e da Televisão. Na Lei do SAFE, há uma excepção que prevê a consignação de receitas. É verdade que a própria característica tão dinâmica da Rádio e da Televisão permite algum fundo disponível para a resolução de problemas urgentes, mas não podem estimar receitas e despesas fora do Orçamento Geral do Estado. Não é a primeira vez e eu, enquanto membro da 5.^a Comissão, já visitei a Rádio e a Televisão, já chamámos atenção quanto a isso e pedimos aos responsáveis dessas instituições para, junto ao Governo, consignarem essas receitas e terem esses valores disponíveis, para utilizarem, em caso de urgência, porque são instituições que cobram e pagam subsídios. Não quero saber se há algum controlo da Direcção das Finanças e do Sr. Secretário de Estado, que o Ministério das Finanças tem conhecimento. A Lei diz que não pode, é proibido, é crime. Então, não deve ser feito. Só se tem que encontrar uma forma, e a Lei já prevê esta forma. Então, temos que pôr em prática. Portanto, espero que não haja instituições com

orçamentos fora do Orçamento Geral do Estado, porque não é permitido, é crime, vai em contramão e é muito mau para a gestão financeira do Estado. Se calhar, nem o próprio Sr. Ministro sabe quanto é que cobram e quanto é que gastam em despesas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Carlos Pinheiro, apenas um esclarecimento: a Assembleia Nacional tem de permitir tudo dentro do quadro legal e regimental. Pode haver alguma confusão em termos de interpretação, de proposta de alteração e Orçamento Rectificativo, mas as propostas de alteração das leis têm um quadro próprio e há uma divisão específica no Regimento. O Orçamento Rectificativo está no quadro do Orçamento originário. Veja se no nosso Regimento há algum espaço em que se refere ao Orçamento Rectificativo. Portanto, quando o Governo submete a rectificação do Orçamento, é no âmbito do Orçamento originário.

É apenas um esclarecimento.

Não havendo mais inscritos, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para esclarecer ou responder a algumas questões que foram aqui levantadas.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu queria, apesar de tudo, agradecer as contribuições aqui havidas.

Em relação à preocupação do Deputado José António, relativamente ao sector informal, em relação aos valores, nós temos remetido os relatórios da Covid-19 à Assembleia Nacional, e esses dados estão reflectidos nos relatórios. Todavia, o valor mínimo tem rondado por volta de 600 dobras e acima deste valor. Trata-se dum processo que ainda não terminou. É um processo em curso. Temos estado a fazer um grande esforço ao nível dos investimentos no Sector da Saúde, até porque briga com a vida. Doutra maneira, não poderia ser. E naturalmente, no Orçamento, estão reflectidos aquilo que o Governo e alguns parceiros projectam para os próximos tempos, mas há apoios também de outros parceiros, que nos vêm ajudando. À partida, esses valores que nos dão não estão ainda contabilizados. Até porque, são imponderáveis. Todavia, vamos continuar a investir na saúde, podem estar descansados!

Levantou-se a questão, creio que é o Deputado Cassandra, em relação aos relatórios. Penso que se os relatórios forem lidos, de facto, têm todos os dados discriminados. Todos os dados estão devidamente discriminados. Todavia, o Ministro do Plano e Finanças depois virá esclarecer mais alguns aspectos.

Levantou a questão das preocupações levantadas inicialmente pelo Presidente da República. Como sabe, esta pandemia é uma escola e penso que toda a sociedade constatou a evolução que, enfim, reflecte nos ganhos que nós temos e nos dados actuais, que rondam oitocentos e poucos casos acumulados e seiscentos e poucos já recuperados.

Deixei para o fim a preocupação do Líder Parlamentar do ADI, que me elogiou, penso que é um elogio, mas eu queria que essa questão do crescimento do PIB a 1.3, em 2019, toda gente sabe a excepionalidade que constituiu aquele ano e não vale a pena eu estar constantemente a repetir coisas do passado que, tento evitar. Sabem que em 2019 começámos o ciclo de negociação com o FMI, passamos todo o ano nessas negociações, que só concluíram em Outubro de 2019. Portanto, eu acho que fazer política com esses dados, querendo enfatizar que são os piores dados dos últimos 10 anos, é exagerar.

Quando me elogiou em relação ao mau aluno que sou nesta escola de aprendizagem da Covid-19, permita-me que lhe diga que, de facto, eu sou um mau aluno, um eterno aprendiz, mas sou um mau aluno numa turma de experts, numa turma de excelentes.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

E há muitos alunos, possivelmente deve ser este o seu caso, que são muito bons alunos, mas numa turma dos piores.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul** (Osvaldo Vaz): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, tomo a palavra, primeiro, para tentar esclarecer, porque, nós não queríamos falar, comparando 2018 com 2019, mas porque o Deputado comparou um dos indicadores, seria bom que comparássemos todos os outros indicadores. Foi um ano em que nós, sem pandemia, endividamos mais. Tivemos um défice primário de 4.2, contra 1.8 de 2019. Foi um ano em que nós tivemos uma inflação de 9%, contra 7.7 de 2019. E para explicarmos isso bem, foi o ano que o País, em termos de receitas internas, teve maior cobrança, ao ponto de conseguir sobreviver, até Outubro, quando houve efectivamente a aprovação, pelo FMI, do Programa. Obtivemos, naquele ano, o valor que entrou para o cofre do Estado, apoio do FMI, 2 milhões de dólares, salvo erro, e o Banco Mundial que pôs 5 milhões. Neste ano de pandemia, já recebemos 7 milhões de dólares do BAD, em donativo; foi aprovado agora mais 7.5 milhões de unidades de contas, o que dá cerca de 10 milhões de dólares, já são 17. É pela primeira vez, na história de São Tomé e Príncipe, conseguir apoio directo ao Orçamento, por parte do BAD. Nunca houve. Este ano, vamos receber 17 milhões. Temos que contabilizar efectivamente esses valores.

O FMI concedeu-nos um crédito, explicando a questão do Deputado Arlindo, um crédito que todo mundo sabe, de 12 milhões de dólares. Não estava projectado no Orçamento passado, inicial, tem que reflectir, e vai dar-nos um apoio orçamental. Como estamos agora a discutir, hoje é dia 27, o Conselho de Administração do FMI vai reunir hoje, esperemos que aprove o nosso apoio orçamental de \$ 3 800 000 00 (três milhões e oitocentos mil dólares). Este é donativo, não é crédito. Vamos possivelmente receber do Banco Mundial 10 milhões. Habitualmente, dava-nos 5, como deu no ano passado. Este ano, 10. Isso quer dizer que os nossos parceiros multilaterais, em princípio, duplicaram o apoio ao País. Por isso, qualquer das formas, nós iremos receber este ano mais apoio dos nossos parceiros multilaterais do que no ano passado.

Por quê o Governo propõe mais investimentos? É isso que estava a explicar ao Sr. Deputado Arlindo Ramos. Nós temos a questão do BADEA, por causa da água de Agua Izé até Santana, estamos a prever que também aconteça este ano; temos o empréstimo do FMI, que foi um valor alto, cerca de 12 milhões, e tínhamos que reflectir também no valor do empréstimo contraído.

IRS, é certo que a massa salarial no Estado aumentou, mas as empresas privadas não vão quase que contribuir no IRS. Houve um período de moratória, o turismo, as empresas estão todas fechadas, quase, e mesmo nas empresas normais as actividades caíram, então, estamos a estimar que, por causa do sector privado, haverá uma queda no IRS.

Acho que o Sr. Primeiro-Ministro já explicou aqui a questão da dívida pública. Como eu disse, estamos a fazer um trabalho para apurar a dívida, mas, em 31 de Dezembro de 2019, o que estava reflectido eram 387 milhões de dólares, mas ainda estamos a trabalhar, já quase a 100% do nosso PIB. Estamos a trabalhar para que quase todas a dívidas fiquem registadas no Tesouro Público, para qualquer um saber a quem o Estado deve. Há uma continuidade, tudo tem que estar reflectido.

Em suma, foi para explicar algumas questões que foram colocadas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Ministro das Finanças, quando se trata de números, de contas, daquilo que é o dinheiro do povo, nós queremos explicações mais detalhadas. Eu, para além do aumento das despesas com pessoal, que nós interpretamos como despesa com pessoal, é despesa do Estado, o pessoal que está empregado no Estado, portanto, que paga os seus impostos sobre o salário. Por isso, eu gostaria que a explicação fosse feita de forma que me elucidasse quanto é esse valor que diz que o Estado não vai conseguir cobrar, por causa da situação difícil que as empresas entraram.

Há uma perspectiva de crise que nós aqui ouvimos, e através da comunicação social também, várias vezes, que o Estado ia subvencionar algumas empresas que, por causa da pandemia, tiveram prejuízos. Portanto, esses subsídios, logicamente, teriam como taxa o imposto de rendimento singular dos trabalhadores que, por ventura, foram dispensados, mas que o Estado pagou, se não me enganar, 75% ou 85%, de acordo com a comissão que efectuou o trabalho da situação de emergência da Covid-19.

Eu fiz uma pergunta que eu gostaria que o Sr. Ministro das Finanças me pudesse explicar melhor. Se formos para os quadros das despesas, notaremos que as despesas de funcionamento aumentaram consideravelmente. E essa resposta não me foi dada. Eu queria saber qual é a causa. Por quê que essas despesas aumentam? Independentemente daquilo que sabemos que é essencial: segurança, defesa, saúde, protecção social, sabemos que é essencial, porque está reflectido, mas há outras despesas, que não são essenciais, que também aumentaram. Eu preciso que me diga o porquê. Por que é que aumentaram essas despesas e por quê, inclusive, aumentaram as transferências orçamentais a alguns distritos? Qual é a causa que leva o Governo a aumentar o volume dessas transferências? Que me explique essa situação.

Outra questão, pedi que me explicasse, porque há alguns agregados macroeconómicos que estão no Orçamento, vou dar exemplo da disponibilidade do País em reserva líquida para garantir a importação de 3, 4 meses, conforme disse. Vou só ler uma passagem da proposta do Orçamento, depois vou ao quadro dos agregados macroeconómicos. Portanto, na proposta, o Governo diz: «O valor padrão, considerado internacionalmente aceite para este indicador, é observado de um mínimo de 3 meses de importação. Assim, os dados disponíveis apontam que este indicador registou 3.9 meses de importação, em 2019, um ligeiro aumento em relação ao ocorrido em 2018, 3.6 meses, e com entrada dos recursos do BAD, no primeiro trimestre, e do FMI, em Abril, ambos em 2020, indicam uma cobertura de cerca de 4.3 meses de importações, posição que se pode ainda considerar de confortável, face ao valor mínimo de 3 meses acima referenciado». Isto é o que está escrito aqui na proposta. Quando eu vou ao quadro dos agregados macroeconómicos, o que é que me diz? O quadro me diz: «Reserva internacional líquida, revista, para 2020, 1.9 meses de importação». Do que é que estamos a falar? De 1.9 ou de 3.9? Dois dados do mesmo assunto, mas com números diferentes.

É essa explicação que eu gostaria que o Sr. Ministro me desse.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — É só para dizer ao Sr. Primeiro-Ministro, quando tentou responder ao Líder do meu Grupo Parlamentar, que muitas vezes é melhor não responder, quando de facto não consegue responder. Ou seja, quando «vem molhar a sopa», ou seja, «borrar a tinta», porque o senhor nos habituou como um «borrador de tintas». O senhor tem por hábito dar o dito pelo não dito. Não é isso? O

senhor, em Bobô Forro, disse «*tudu ngê cú sá cóbo d'água ca manda bocá, pinem bi nai*». «*Aqui é que gente quer ver homem. É aqui que gente quer ver homem*». Depois o senhor foi dar o dito pelo não dito, foi dizer que quem é já sabe, que se estava a dirigir a uma pessoa.

Só para dizer ao senhor que, muitas vezes, é melhor nem sequer responder, porque quando o senhor responde, borra a tinta.

O senhor disse que é o pior aluno duma turma de inteligentes. Como é que o senhor está no leme do barco, se o senhor é o pior aluno duma turma de inteligentes?

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — O senhor não percebeu?

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Isto é um bocado contra-senso, há aqui alguma coisa que não está a bater certo. Por isso, é melhor rever as suas intervenções.

Indo agora para a sua tentativa de me responder, também o senhor disse que vão ver, que o senhor pensa em investir no Sector da Saúde. Como, Sr. Primeiro-Ministro, se temos o Orçamento em mãos, que é o instrumento indicador, e está aqui 2% do crescimento? O senhor veio aqui enfatizar que quer investir, vai investir, vão ver, vamos ver que o senhor vai investir na saúde. Como? Fora do Orçamento? Tentando fingir o Orçamento? O senhor não pode fazer isso. O senhor tem um instrumento que é indicador, deveria demonstrar, por intermédio deste Orçamento, como é que vai investir, como é que vai aproveitar esta oportunidade, para melhorar o sector da saúde.

Nós vamos dizer sempre que o senhor, ao longo da campanha, disse que vai proporcionar ao País um crescimento económico robusto, mas nós não estamos a ver nada de robusto. O que estamos a ver é, digamos, uma eterna campanha. O senhor continua a governar o País com base em campanhas.

Na nossa perspectiva, é melhor o senhor mudar de paradigma.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Primeiro-Ministro, escutei atentamente a sua intervenção, mas não me convenceu.

Sr. Primeiro-Ministro, das questões que levantei, disse-me que estão no relatório e depois indigitou o Ministro das Finanças, para poder vir cá responder. Eu penso que é o Primeiro-Ministro do País. Repare que este Orçamento Rectificativo vem na base da problemática da Covid-19. Eu tenho tantas questões a fazer, eu gostava de enriquecer mais o documento, preciso intervir na área da Saúde, na área do Turismo, mas não consigo, porque não tenho a base essencial: qual é o montante que o senhor recebeu até a data? Quanto é que o senhor tem em caixa? Quanto é que o senhor tem neste momento? Quanto o senhor recebeu do FMI, todo mundo sabe, são 12 milhões. Doutras parceiros bilaterais e multilaterais? Portugal, quanto? República da China, quanto? Quantos equipamentos o senhor tem? O senhor diria que está no relatório. Ok, mas o povo lá em casa, a maior parte do povo, não tem acesso ao relatório, e o povo quer saber quanto dinheiro seu...

Uma voz do MLSTP/PSD: — Seu?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — ...entrou para o Estado, quanto é que o senhor gastou, com quem gastou, como gastou, e quanto é que o senhor tem neste momento. Porque nós precisamos saber disto, para ajudarmos o Governo a gerir melhor aquilo que é do povo. Daí que continuo ainda à espera.

Sr. Primeiro-Ministro, isto é patético! Isto é coisa para um Primeiro-Ministro saber na ponta da língua. É patético e até absurdo o Sr. Primeiro-Ministro não nos brindar aqui com números exactos de uma questão tão simples como esta.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Modere a linguagem!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Daí que...

Uma voz do MLSTP/PSD: — Modere a linguagem!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Mas que linguagem?

Uma voz: — Patético!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Que linguagem, Srs. Deputados? Ok. Esperem a vossa vez e venham cá também brindar-nos com linguagens.

Sr. Primeiro-Ministro, depois, e o mais caricato ainda, vem o Ministro das Finanças falar-nos de défice primário, das despesas de 2018. Sr. Ministro das Finanças, o senhor pode falar que, em 2018, o défice primário rondou, enfim, mas eu quero dizer-lhe que isso é óbvio, porque, se não fosse por causa desses défices, não sei como o senhor iria passar agora, em tempos da Covid, com alunos que irão iniciar as aulas já no próximo mês, se não tivesse mais um liceu feito em São Tomé e Príncipe. Como é que o senhor ia

passar com o distanciamento? É claro que se aumentou o défice, aumentou a dívida. O ano 2018 foi o ano em que o governo anterior fez obras que lhe vão beneficiar muito agora, em tempos da Covid.

Aplausos do ADI.

Não vale a pena vir aqui tentar denegrir o outro. Não! O outro, sem saber do que viria a acontecer em 2020, fez as coisas a pensar no futuro, e vai beneficiar-lhe. O senhor hoje tem a cabeça menos quente, por não estar à procura de mais financiamento para fazer mais escolas, porque o anterior fez mais de 100 turmas de aula, construiu um liceu e muitas obras. E o Sr. Ministro das Finanças ainda vem nos falar que este ano... não foi essa a pergunta que eu fiz, Sr. Ministro das Finanças, Sr. Primeiro-Ministro. Eu não fiz a pergunta de quanto é que, durante o ano inteiro, vamos receber. Não! Quanto é que recebeu até a data e quanto é que ficou? Gastou com quem? Como gastou? Para nós ajudarmos.

Eu preciso intervir na área da Saúde e na área do Turismo, mas não consigo, porque os senhores não conseguem dizer-me exactamente quanto é que o Governo gastou e o que é que o Governo tem ainda. O que é podemos sugerir para poder melhorar a situação? É grave a situação da Covid-19, e o Governo não pode vir cá brincar connosco nesta augusta Assembleia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr. Deputada Celmira Sacramento.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, venho da turma dos burros, mas a minha humildade me permite chegar aqui e colocar algumas questões que podem servir para reflexão e, quem sabe, no próximo Orçamento, ser melhor.

Eu, sinceramente, quando ouvi que iam tirar 10% do salário dos Deputados, pensei que fosse para melhorar o Sector da Saúde, tendo em conta a fase em que vivemos.

Mesmo este Orçamento Rectificativo, eu pensava, na minha humilde opinião, que fosse um orçamento que iria reflectir, de que maneira, no Sector da Saúde. Acontece, porém, que nós todos temos este documento em mãos e sabemos que não é isso. Assim sendo, Sr. Primeiro-Ministro, como já dizia o meu companheiro José António, uma equipa da Ordem dos Médicos tem estado descontente. Primeiro, porque não foram tidos nem achados nesta história da pandemia e porque o nosso centro hospitalar, pode-se dizer que ser um centro de contágio, não há condições nenhuma de trabalho. Há linha de frente, sim, mas essa linha de frente não está lá nas emergências, nas urgências do centro hospitalar. Nem todos os doentes são de Covid, mas podem ser de Covid e têm que chegar lá primeiro e depois serem testados é que se pode saber que eles são ou não doentes de Covid.

Ouvi dizer também que muitos doentes de Covid ou muitas pessoas que foram a óbito por causa da Covid não foi só pelo facto de terem doenças ou estarem contaminadas, mas sim porque os médicos do centro hospitalar começaram a fingir os doentes. Os agentes da Saúde começaram a fingir os doentes! Também podem ter razão, não tinham protecção nenhuma, na altura, cada um também estava a primar pela sua saúde. Noutras paragens, os agentes envolvidos na saúde dão a sua vida pelos pacientes, mas em São Tomé é tudo contrário. As pessoas desviam-se dos doentes. Dizem que muitos doentes que morreram não teriam morto. Ou porque a tensão elevou-se, ou porque morreram a fome, ou porque quem deveria lá estar no momento para socorrer não podia, «ah, eu não estou a pegar, eu não estou a pegar», e muita gente, infelizmente, faleceu.

São Tomé Poderoso, é Deus vivo, eu sempre digo, eis a razão de estarmos como estamos com relação a essa pandemia. Nós todos somos cristãos, temos que, toda manhã, ao sairmos da cama, louvar a Deus, agradecer a São Tomé Poderoso, pelo facto de nós termos o País que temos. É por isso que muita gente até não acredita que existe essa pandemia. Com todos esses males, com todos esses buracos que existem na Saúde, para nós ainda estarmos a nível que estamos em termos de óbitos e de contágios da Covid-19, é porque realmente este nosso país é abençoado.

Para os agentes da Saúde que deram a sua vida, que continuam a dar, desde os encarregados de limpeza, os médicos e os enfermeiros, uma especial saudação daqui deste púlpito. Eles ainda continuam a fazer o que podem fazer, sabem até fazer omeletes sem ovos.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Não, não conserta.

A Sra. **Celmira Sacramento** (MLSTP/PSD): — Sabem até fazer omeletes sem ovos, mas vamos dizer que a coisa está mal! Temos que dizer!

Se o Orçamento Rectificativo veio, surge no momento da pandemia, porque alterou muita situação, era suposto vermos melhorias no Sector da Saúde, ou melhor, a maior fatia deveria reflectir no Sector da Saúde.

Agora, dizem também que os elementos envolvidos na linha da frente ainda não receberam o subsídio. Para não estarmos aqui a especular, eu gostaria de saber de si, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro da Saúde, se isso consta, se é real o que dizem, que os agentes da linha de frente ainda não receberam o subsídio, quando vão receber, se é que ainda vão receber.

É a resposta que eu gostaria de ter.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, povo de São Tomé e Príncipe, muito bom dia.

Primeiro, gostaria de, em nome do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, render a nossa homenagem aos profissionais de Saúde, que têm batalhado, que têm lutado, embora sem ovos têm tentado fazer omeletes, mas todos conhecemos a realidade do nosso país, São Tomé e Príncipe. Que continuem a ser fortes, porque acreditamos que melhores dias virão.

Sr. Primeiro-Ministro, talvez seria uma redundância, mas agradeço a sua presença aqui, porque outrora talvez não teríamos, para poder responder às questões. Isso para nós é de louvar.

Esta é uma proposta de Orçamento Rectificativo, aqui não se vem apresentar conta e mais do outro Orçamento. Conhecemos a nossa real necessidade, as nossas dificuldades, as dificuldades do País e, mais do que criticar, seria bom trazer propostas também de melhoramento.

Conhecendo as nossas necessidades, acho que como Deputados é uma oportunidade de nós aqui, como temos o Ministro das Finanças, o Primeiro-Ministro e outros, apresentar o que gostaríamos que estivesse ou pudéssemos melhorar neste ou naquele ponto, e não citar somente as políticas do que passou, do que ficou mal, do que se falou.

Agradeço também a oposição, porque está a fazer o seu trabalho, e está com uma presença aqui, pode fazer o seu trabalho mais vivamente. Isto é de louvar.

O Sr. Primeiro-Ministro foi chamado aqui de mau aluno, mas todo o mau aluno que aceita melhorar, melhorará, e acreditamos que o senhor irá melhorar cada dia um pouco mais, porque aprender é uma actividade eterna. Sabemos que o senhor pode aprender.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Poderíamos aqui também citar coisas que talvez não foram feitas nos outros governos, que poderiam ser feitas, mas vamos citar, com todas as dificuldades, o que estamos a tentar melhorar na nossa praça. Todos os Deputados que têm moto ou carro podem passar um pouco mais à vontade na praça, podem estar mais confortados dentro das suas viaturas.

Falou-se aqui também dos males da Saúde. Os males da Saúde não têm a ver somente com o Hospital Central. Os nossos comportamentos também. Já vi até Deputados a atirarem papel no chão dentro do Hospital Central. Ele está a contribuir para o bem do Sistema de Saúde? Não, não está a contribuir!

E suma, Sr. Primeiro-Ministro, acreditamos ainda em si e vamos continuar a acreditar muito mais, porque conhecemos as dificuldades deste país e já é mais do que claro.

Paremos de fazer pequenas políticas que não nos ajudam em nada, em nada contribuem, porque falamos muito de união, de que é preciso coesão, mas quando se chama as pessoas para trabalharem e contribuírem para que tenhamos um orçamento, uma proposta que seja a nossa realidade, porque este Orçamento reflecte a nossa realidade, não vemos pessoas que querem trabalhar.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, muita força e coragem! *N'gué cu cá fé bem cá bélé, cu cá fé mali sá guadadu.*

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — *Sum Plumê Ministlu ê, putuquegi tê oquê, São Tomé tê blôgôdô, êtê olá cu sêbê cá sá montxi, ê cá n'gana n'guê.*

Sr. Primeiro-Ministro, penso que fez linguística, não é? Não sei se é essa a sua formação. Se não for, agradecia que me corrigisse, mas se é essa acho que o Sr. Primeiro-Ministro é mau aluno mesmo. O Sr. Primeiro-Ministro diz uma coisa e faz outra.

Em primeiro lugar, quero dizer ao senhor que para ser Primeiro-Ministro em São Tomé e Príncipe tem-se que ter muita aptidão, muita calma e parece que o senhor está nervoso.

Segundo aspecto, de uma turma que o senhor disse de menos bons ou burros, há um bom no meio dos burros, que está a fazer perguntas simples, mas o senhor não consegue responder, está a passar para o Sr. Ministro das Finanças. O Sr. Ministro das Finanças está eternamente ao telefone com os técnicos, também não preparou o debate, não está a conseguir responder os números, coisas simples.

Sr. Primeiro-Ministro, posso provar que o senhor é mau aluno, mas o senhor não consegue provar que sou bom aluno no meio dos burros. Estranha-me bastante quando diz que é mau no meio dos espertos. O MLSTP/PSD só tem espertos? Cuidado com a linguística! O Partido MLSTP/PSD só tem esperto? No seu Governo só há ministros espertos? O senhor é mau no meio dos espertos? Sr. Primeiro-Ministro, continuo a dizer que é mau aluno. Disse que posso provar.

Murmúrios.

Tenho o direito de responder ao Sr. Primeiro-Ministro, é um direito que me assiste, regimentalmente.

Quando disse que posso provar, é que o senhor diz aqui nas GOP que um dos primeiros elementos para fazer face à Covid-19, para além de questões financeiras, um dos primeiros elementos é a prevenção, e quando o senhor veio cá responder, não me disse se suspendeu o estado de calamidade, o decreto temporariamente, quando promoveu um ajuntamento. Não nos disse! Venha dizer-nos aqui, é OGE e GOP, estamos a fazer debate de dois em um.

O senhor põe aqui nas GOP «política externa ao serviço do desenvolvimento», e vem dizer que não é mau aluno, com a política externa que temos?

Diz «aprofundamento do Estado de Direito Democrático», é Primeiro-Ministro de todos os são-tomenses, há um direito de oposição e como oposição eu tenho direito consagrado até na Constituição, e mesmo se não for de partido político, como cidadão, há direitos fundamentais a partir do artigo 16, etc., etc.

Uma voz: — Qual lei?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Da Constituição da República, princípios gerais.

Portanto, se é Primeiro-Ministro de todos os são-tomenses, então tem que respeitar até quem o critica, mesmo não sendo do seu partido. A Constituição diz que todos os são-tomenses são iguais, no País ou no estrangeiro. Portanto, di *n'gué cu sá còbò d'awua* também o senhor é Primeiro-Ministro, e como homem do Estado nunca deveria ter dito o que disse, porque aqui nas GOP, centro nisso, faz referência ao seu Programa de governação, que faz referência a quatro eixos, que passo a citar: «1. Aprofundamento do Estado de Direito Democrático; 2. Crescimento económico robusto e criação acelerada do emprego; 3. Melhoria da qualidade de saúde e protecção social; 4. Política externa ao serviço do desenvolvimento». Estamos aqui a falar de coisas sérias, as vezes começo a falar um pouco emocionado e apetece-me rir, mas são coisas sérias, Sr. Primeiro-Ministro! Quando o senhor fala em construir pontes e quando quer aprofundar o Estado de Direito Democrático, não pode mandar calar ninguém que o critique.

Por outro lado, pergunta simples para um aluno no meio dos espertos, e quero que me responda. Numa breve comparação dos quadros sobre fonte de financiamento do OGE 2020 rectificativo, deixaram de constar donativos de diversos parceiros, nomeadamente Nigéria, Angola, Guiné-Equatorial, Gabão, Timor-Leste, Holanda, que baixou, e a União Africana, respectivamente, 56 milhões para a Nigéria, 111 para Angola, Guiné-Equatorial, por aí em diante. Porque essas questões de números registaram redução significativa de alguns donativos assumidos como certos, nomeadamente da União Europeia, que temos aqui que era 77, estou a falar em números redondos, agora temos 59, República Popular da China, em 584, agora temos 500, Marrocos 62, agora temos 10, FAO tínhamos 30, agora 5, Fundo Global 6, agora 2, estamos a falar de donativos que baixaram consideravelmente.

A introdução de novos parceiros cujos montantes não compensam as saídas, tanto é que se assistiu a uma redução em torno de 31%, das nossas contas, dos donativos previstos para os projectos. Vejo o Sr. Ministro das Finanças a acenar com a cabeça, quer dizer que estou no bom caminho.

Entende-se perfeitamente, Sr. Primeiro-Ministro, as motivações por de trás da redução e a não disponibilidade dos parceiros, muitos deles tradicionais e estratégicos, do País, São Tomé e Príncipe, nosso maravilhoso país, numa altura em que cada país amigo está voltado para a sua situação interna, a questão da Covid-19, sem esquecer dos problemas de segurança, a questão da migração, etc., etc., todo mundo está virado para a Covid-19, portanto, todos os países estão a concentrar a sua energia para a situação interna.

Dito isto, importa que o senhor, já que é o mais esperto no meio dos espertos, partilhe aqui connosco, nesta Casa Parlamentar, casa dos representantes do povo, e com cada são-tomense que nos segue, penso que nos estão a seguir em directo, ou vai ser mais tarde, porque se for mais tarde espero que não cortem muitas intervenções, mas se está em directo «fico muito gostado», repito, gostaria que partilhasse connosco e com os são-tomenses que nos seguem os elementos que servem de garantia de concretização dos objectivos do financiamento deste Orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Monteiro.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados, boa tarde.

Depois das intervenções de alguns colegas Deputados, as pessoas que nos escutam em casa ficam logo a pensar, 2% só que atribuímos ao Sector da Saúde? Isso é a percepção de muitos. Quando chegamos aqui e falamos, temos que falar a realidade, penso eu como Deputada. Daquilo que sei que é o OGE, vamos ver no grosso aquela fatia que é atribuída ao Ministério da Saúde. Pelo menos que eu saiba, daquilo que está inscrito, são 14% do grosso do valor que é atribuído ao Ministério da Saúde. Vamos evitar falar aqui 2%, para não cairmos no erro. Este é um pedido que faço aos colegas!

Por outro lado, a colega Deputada Celmira também falou sobre os médicos. Como médica, não poderia ficar sem responder. Que os médicos desviassem em atender os pacientes. Ai se eles desviassem! Muita gente morria, mas muita gente morria! Perante essas palavras, deveria até pedir desculpas aos profissionais da Saúde! Ninguém sabe quando é que o coronavírus entrou em São Tomé. Houve voos em Dezembro, Janeiro, Fevereiro, ninguém sabe de antemão quando essa pandemia entrou no País. Os

técnicos, em primeira mão, não tinham meios de protecção, os serviços não estavam organizados para o efeito, mas os técnicos sempre atenderam aos doentes.

Falando de mortes, temos que acompanhar a comunicação social. Como é que a cosia está a desenrolar em outros países, que têm meios suficientes? Até hoje, mesmo em termos de diagnósticos, diz-se que se errou no diagnóstico, aliás se errou no tratamento, fazia-se um tratamento, quando se devia fazer um outro. Temos que acompanhar as informações. É isso que deveria fazer.

No fim, veio voltar a dizer que outros deram a sua vida. Os da linha da frente têm feito sim, desde a primeira hora, só que os meios é que não havia e, ainda mais, como disse o Sr. Primeiro-Ministro, estamos numa escola de aprendizagem, relativamente à Covid-19. Já tivemos aqui a epidemia da cólera, seguimos muitos e muitos doentes, mas tentamos estancar com os poucos recursos que tínhamos, na altura.

A questão da Covid-19, toda a gente acompanha a nível mundial, como tem sido, como é o contágio, que é diferente em relação a outras patologias. Não podemos fazer politiquice com essas coisas! Espero que os colegas ajudem a enriquecer o documento. Já estamos no final de Julho e o Orçamento é apenas para 5 meses. Dentro de 5 meses estaremos em Dezembro e gostaria que as coisas que estão elencadas fossem feitas. Para mim, muitas coisas neste Orçamento deveriam ser supridas.

É este o apelo que gostaria de fazer aos colegas, para crescermos um pouco mais.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Sr. Primeiro-Ministro, todas as intervenções que passaram cá são importantes, o senhor tem que ter coragem para aguentar todas as dificuldades, sei que está no bom caminho. O senhor sabe que quando um governo está no bom caminho, vai aparecer mais críticas ainda. Se o senhor não estivesse no bom caminho, aqui estaria tudo frio.

Se todos os 200 000 são-tomenses soubessem o que é São Tomé e Príncipe, já estaríamos num paraíso, é um país delicioso, mas essa politiquice de 30 anos está a arrumar com tudo. Pensei que com este Orçamento Rectificativo, agora com a pandemia, poderíamos mudar de comportamento, porque é outra política que queremos agora no País.

Sr. Primeiro-Ministro, o País está a precisar de unidade, disciplina e trabalho.

Aplausos do PCD/MDFM-UDD e do MLSTP/PSD.

Sem unidade não há hipótese, porque não há homem que sabe tudo. Vamos aprender paulatinamente. Está no bom caminho e está a aprender. Essas intervenções são para o senhor aprender mais. Sei que vai levar isso e, em 2022, irá projectar muita coisa.

Sabe por que é que gosto do senhor? Porque tem vontade de trabalhar. O seu Governo tem vontade de trabalhar. Com toda essa pandemia, está a enfrentar paulatinamente e não está parado. Se estivesse parado, diriam aqui que está parado. Eles estão comprometidos com a eleição de 2022.

Aplausos do PCD/MDFM-UDD e do MLSTP/PSD.

Com este Orçamento Rectificativo não podemos fazer política com raiva, nem com ódio, nem com inveja, nem com ambição de política pelo poder. Hoje toda a gente quer ir para poder de uma vez. Em São Tomé, ninguém quer trabalhar, toda a pessoa quer poder, lá é que se desenvolve, mas Felisberto não, desenvolvo com o meu trabalho e com os meus braços. Não há nenhum deputado que me venha pisar.

O País precisa de trabalho. 80% da população é cristã e está consigo, vamos ganhar as eleições outra vez.

Em Agosto, quero que projecte a estrada n.º 1. Já lançou a pedra para protecção do muro no caminho de Santa Catarina, tem a continuidade que o senhor gosta, gosto de si porque cumpre com a continuidade, energia para as localidades que precisam, água, sei que vamos alavancar este País, vamos alavancar a economia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ekneide Santos.

O Sr. **Ekneide Santos** (ADI): — Sua Excelência Sr. Presidente, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Fiz alguma leitura do Orçamento e gostaria que fosse contemplado mais cortes, relativamente à questão dos combustíveis, da comunicação, dos subsídios. Sabemos que neste momento existem direcções que não estão no funcionamento normal, portanto, não necessitam de combustível, de comunicação, e canalizar esses fundos para os sectores prioritários como a Saúde, a Educação, a Protecção Civil, entre outros, que estão de facto na linha da frente, na luta contra o coronavírus.

Por outro lado, gostaria de saber, de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, se o valor disponível no Orçamento, os 17 milhões do Kuwait, é um novo valor negociado ou se é o mesmo valor que foi negociado pelo anterior governo. Se for o mesmo valor que foi negociado, o Sr. Primeiro-Ministro é pai de família, tem sua família, é uma pessoa que conheço aqui em São Tomé e Príncipe há muitos anos, deveria de facto aqui, pelo menos, assumir e pedir desculpa, porque prenderam alguém, por um valor que não existiu e até ao momento não vi ninguém do seu Governo, mesmo o senhor, pedir desculpas por um erro que cometeu. E ninguém assumiu este erro até ao momento, mas assumiram os 17 milhões, e o hospital vai ser feito. Alguém deveria ter a humildade de chegar aqui e pedir desculpas pelo erro cometido. Prenderam alguém e ninguém pede desculpas. Acusam as pessoas, ninguém pede desculpas, e amanhã poderemos ser nós. Espero que isso não aconteça com outras pessoas, mas alguém deveria ter a humildade de dizer «cometemos um erro e pedimos desculpas». Gostaria de ouvir o Sr. Primeiro-Ministro, aqui nesta tribuna, assumir, é normal, os homens cometem erros.

A outra questão importante, o valor desbloqueado, o empréstimo de 12,3 milhões de euros para o combate à Covid-19, relativamente à distribuição dos cabazes, quando tivermos que pagar a factura dos 12,3 milhões, teremos que chamar as pessoas que foram beneficiadas. A distribuição de cabazes foi feita para os militantes de cada partido, então, a factura não deve ser paga pelo povo de São Tomé e Príncipe.

Aplausos do ADI.

Sou de Água Grande e, como disse o Sr. Primeiro-Ministro e disse muito bem, aqui temos que falar, sou daqui e não saio daqui. Em Água Grande, principalmente, houve conflitos na zona de Praia Gamboa, Pantufo e em muitas zonas, porque o critério de distribuição de cabazes não foi para beneficiar os são-tomenses, foi um critério para beneficiar os militantes de cada partido. Se for para beneficiar os militantes de cada partido, quando for para pagar a factura, que a factura vá para os partidos e não para os são-tomenses pagarem, porque esperava que esse cabaz fosse distribuído para todos os são-tomenses. Por isso que houve problema nas zonas de Praia, e não só, as pessoas iam escolhendo: «você não é meu militante, não é do meu partido, não recebe cabaz», e amanhã, quando for para pagar, teremos que pagar todos. Espero que esse critério de distribuição não volte a acontecer.

Voltando à questão do corte de 10% do salário na Função Pública, volto a dizer, na sessão anterior não tive oportunidade de responder, porque o Regimento não permitia a intervenção de outros deputados, eu principalmente não aprovei nenhum corte de 10% de salários. Já se discutiu isso, é bom que fique claro, que o Sr. Primeiro-Ministro explique realmente, para que fins vão ser destinados 10%, quem aprovou, e que realmente esse valor seja destinado ao combate à Covid-19.

Sr. Primeiro-Ministro, eu trago aqui duas preocupações importantes, relativamente à educação, uma delas é a questão da propina dos alunos da Universidade de São Tomé e Príncipe que, segundo os mesmos, têm que pagar as propinas na época dos 3 meses do estado de emergência. Se o próprio Governo sabe que há muitas pessoas que ficaram em casa com fome, desempregadas, funcionários sem salários, muitas empresas despediram as pessoas, como é que os alunos vão pagar neste momento esse valor? É muito complicado e gostaria que o Governo repensasse um pouco esta questão. E a questão dos professores extraordinários também da Universidade de São Tomé e Príncipe, que estão 4 meses sem receberem, mas continuaram a dar aulas *online*. Pelo facto de não serem da Função Pública, não têm estado a receber o salário.

Por último, a dúvida que eu gostaria que fosse esclarecida, mas deixo claro que não tenho nada contra os projectos que foram apresentados, e refiro-me à questão do empreendedorismo jovem. Os projectos apresentados pelos empresários são bem-vindos ao País, mas eu gostaria que o Primeiro-Ministro esclarecesse aqui qual foi o critério utilizado para a selecção destes projectos que foram apresentados, no Ministério da Juventude. Por quê? Porque se fala do próprio cabeçalho, que já dizia «empreender jovem». Na nossa Constituição, a idade jovem vai até 35 anos. Aquilo que verifiquei na comunicação social é empreendedorismo velho. Não é empreendedorismo jovem. Então, quando se quer beneficiar algumas pessoas com projectos que são bem-vindos ao País, que encontrem outro ministério, outro enquadramento legal, e não dar o título de empreendedorismo jovem, porque na nossa Constituição a juventude vai até aos 35 anos. Portanto, tem-se que rever esse tema, porque no texto da comunicação social, dizia que são projectos que vêm beneficiar o País. Tudo bem, não tenho nada contra os empreendedores, mas se poderia mudar o título, não é empreendedorismo jovem, porque a juventude vai até aos 35 anos, e lá havia pessoas que quase já têm 60 anos.

Aplausos do ADI.

Ruídos e risos PCD/MDFM-UDD e do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Apenas um esclarecimento, para não confundir, porque as pessoas estão a nos seguir neste debate. A nossa Constituição não estabelece a idade de jovem. Isso deve ficar bem claro, porque as pessoas podem recorrer-se à Constituição e não vão encontrar essa definição.

Tem a palavra a Sra. Deputada Celmira Sacramento.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Sr. Presidente, quem me conhece sabe que eu não sou de apontar dedos, não sou de criticar, sou mais de aconselhamento. Crítica, se for feita, é construtiva.

Quando eu cá vim, fiz uma abordagem geral, para nos situarmos. Como Deputada da 5.^a Comissão, já tive a oportunidade de visitar o Centro Hospitalar de São Tomé. Quando falo, falo com alguma prova. Fui constatar *in loco* o que lá existe. Inicialmente, para a fase da Covid-19 em São Tomé e Príncipe, houve um pânico quase que geral, e eu até quando vim cá disse que os agentes da Saúde fazem omeletes sem ovos. Pedi ao Sr. Primeiro-Ministro ou ao Sr. Ministro de Saúde que nos situasse em algumas questões com relação à pandemia e com o que consta no Orçamento Geral do Estado Rectificativo, simplesmente.

Em momento nenhum lancei crítica aos médicos.

Vozes do MLSTP/PSD: — Oh!

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Mas todos os são-tomenses sabem o que aconteceu inicialmente no nosso Centro Hospitalar, com relação aos doentes da Covid-19. Todo o são-tomense, que acompanha atentamente as informações, e quem lá esteve acompanhou.

Não dirigi palavras aos médicos. Muito pelo contrário, eu tenho muito respeito pelos agentes da Saúde. Da outra intervenção que eu tive, aquando da discussão doutro Orçamento, não sei se ainda se lembram, a minha preocupação sempre foi com a saúde. Sempre com a saúde. E é nessa perspectiva que eu vim cá. Não retiro qualquer palavra. Eu vim para nós tentarmos, e até disse que era o momento de reflexão, ver o que está inscrito no Orçamento Rectificativo e o que realmente tem acontecido na prática. Só isso.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, ou a quem este indicar.
Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul:** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por acaso, ao balançar a cabeça, o Sr. Deputado Abnildo dizia que estava a confirmar, mas é o próprio Deputado Abnildo que dizia que eu não estava a acompanhar o Orçamento.

Vim aqui não para falar de 2018, mas como alguém fez uma comparação com 2018, eu tinha que ligar para pedir informações seguras sobre 2018, porque vim só para falar de Orçamento de 2020. Eu gosto de falar com propriedade. Só foi por causa disto.

No nosso Orçamento, eu acho que o Sector da Saúde não está tão mal assim. Inclusive, para além do PIP, está ali na Saúde uma linha destinada a financiar a Covid-19, o plano de contingência da Saúde, o Banco Mundial colocou 2 milhões e estamos na negociação para mais 1 milhão, porque são 3.5 milhões, para além dos esforços do próprio Governo. Se notarem, nos encargos gerais do Estado, há uma rubrica, 60-61, prevenção à Covid-19, e o valor também é considerável. Nós demos tratamento especial à Covid-19 e sabemos que a massa salarial com o pessoal da Saúde aumentou. Dentro das nossas possibilidades, fizemos tudo para a Saúde estar neste Orçamento, minimamente, com o problema resolvido.

Sr. Deputado Arlindo Ramos colocou a questão do IRS. Na nossa anterior estimativa, o maior contributo do IRS estava distribuído em sector privado e sector público. Por causa da situação que aconteceu, vimos que no sector privado haveria queda, porque caiu em cerca de 12 milhões, a diferença, e nalguns sectores públicos também haveria queda e noutros teria aumento. Por exemplo, a Educação é um caso. Há empresas públicas, no caso da ENASA, em também houve aumento, por uma diminuição da massa salarial. Esses sectores todos, nos cálculos que nós fizemos, tanto nos sectores que subiram na Administração Pública, e nos sectores que iam cair, na nossa diferença, a estimativa é claro, efectivamente haveria uma diferença de cerca de menos de 12 milhões. Este é o cálculo que nós fizemos nesse sentido, e também trabalhamos com o FMI nessas simulações todas.

Seria bom que esclarecêssemos um assunto. Sobre o fundo do Kuwait, é bom que fique claro que não há 17 milhões. Já foram feitos desembolsos e o País está a pagar juros desses desembolsos. Temos que ser realistas!

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Quantos?

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul:** — Duzentos e tal mil euros. Foram feitos dois desembolsos. Nós ainda estamos à espera de explicações da utilidade desses desembolsos.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Outra vez?

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul:** — Deixe-me acabar. Isto está em instâncias próprias. Tem que estar cá, porque nós temos obrigações a pagar dos juros. Há continuidade, então temos que pagar juros todos os meses. Recebemos os documentos de juros para pagar.

Uma Voz do ADI: — E o projecto?

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul:** — Bom, não há projecto. Então, quem tiver o projecto que nos dê. O que foi localizado em *layout* não tem projecto.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Se não há projecto, como é que se explica?

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Há documentos e, neste caso, são esses desembolsos que foram feitos e se alguém quiser outro procedimento darei a cópia de todos os documentos que existem. Não há projecto. No acordo está claro que os desembolsos iniciais é que dariam procedimentos a outras fases. Não queria entrar em detalhes nisso, mas é só para dizer que os 17 milhões não são os disponíveis.

Também gostaria de dizer que, neste processo de continuidade, como disse o Deputado Carlos Correia, alguém fez a escola, assumiu dívidas e outra pessoa tem que pagar as dívidas. Este Governo, com essas poucas receitas, é que está a pagar essas dívidas, e não são poucas dívidas. As dívidas são altas.

O Sr. Deputado Arlindo Ramos colocou uma questão de reservas internacionais líquidas. Por acaso, no mapa, está a referir-se a Maio, porque só se falou desses dois montantes, que já recebemos, que é o de Janeiro e o empréstimo. Os outros não entraram. Se notar, todos os nossos mapas falam até Maio, tanto de 2019 como de 2020, porque foi o mês que tomamos com referência para fazer as nossas projecções para o fim do ano, mas mesmo as outras receitas que irão entrar e as despesas, no fim do ano, é que teremos 1.9. E o valor refere-se até Maio, quando entraram esses dois montantes, que são os 12 milhões do FMI e os 7 milhões do BAD, de Janeiro. Todo o resto ainda não entrou, mas só faltava colocar, para fazer menção de que se trata de até Maio de 2020.

Não sei se faltou alguma questão pontual que não respondi.

Transferências. Deste é o período em que estamos a fazer mais transferências. Para os estudantes, para as embaixadas, para os doentes, porque fazíamos de vez em quando as transferências, todos os governos faziam de vez em quando, mas achamos que, tendo em conta que muitos estudantes também estão fechados, muitos países que apoiavam também não estão a apoiar a 100%, o País deve fazer um esforço para com os estudantes que estão lá fora e com os doentes. Desta vez, para Portugal, já transferimos várias vezes valores para os doentes, mais do que o normal do ano.

Infelizmente, os valores que eram transferidos, até 2019, não chegavam para os Distritos pagarem os salários. Nesse trabalho que estamos a fazer de sabermos o quadro do pessoal do Estado, vimos que de facto os Distritos tinham razão de terem muitas dívidas, estão com muito pessoal. Uns que diziam ter cento e tal, é mentira, trezentos e tal, 400. Iam fazendo jogos com os valores que iam entrando, não conseguiam pagar a Segurança Social, porque também a coisa não era conhecida. Depois de nós vermos isso, sentimos a necessidade de, mesmo com essas dificuldades todas, apoiar ainda mais as transferências para os Distritos.

Mesmo nos órgãos de soberania, houve algum aumento das transferências, porquê? Porque, exemplo concreto, a Presidência recebia 750, mas depois de vermos as despesas, vimos a necessidade de aumentar um pouco mais.

As transferências para os sectores autónomos, com destaque para as Câmaras e os sectores sociais fora do País, também sofreram aumento.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro das Finanças.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. **Ministro da Saúde** (Edgar Neves): — Com a vossa permissão, Sr. Presidente, eu vou também, por instantes, retirar a máscara, que é uma das medidas essenciais, triângulo de acções de luta contra a Covid-19 e outras doenças, ou seja, a higienização constante sobretudo das mãos, o distanciamento social e o uso correto de máscaras.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, é sempre um prazer vir cá a esta augusta Assembleia, para prestar declarações e esclarecimentos, que são absolutamente necessários em qualquer processo.

Fazendo um bocado de história, levamos cerca de 150 dias após a declaração da pandemia, pela Organização Mundial da Saúde. Mas antes disso, e aqui, há uma barreira que nós não conseguimos definir até agora, a menos que estudos posteriores nos permitam dizer mais ou menos quando é que o novo coronavírus chegou a São Tomé e Príncipe, particularmente a São Tomé. Neste percurso, estamos nisto há cerca de 210 dias, sem parar.

Sem dúvida que a pandemia é uma escola, tem sido e há-de continuar a ser para todos nós, a diferentes níveis. Aqui e em muitas partes do mundo, em países extremamente desenvolvidos, com sistemas de saúde muito sustentados, havia especialistas para fazer frente à pandemia. Todos nós, o mundo inteiro, está a aprender, e não temos qualquer receio em dizer que erros foram cometidos, foram coisas melhoradas, e estão a ser melhoradas, quer aqui quer em qualquer parte do mundo. Tomemos exemplos mais próximos, países daqui da nossa região africana, e também sobretudo Portugal, que é um exemplo que nós seguimos muito de perto.

É necessário fazer-se uma história curta sobre tudo isto. Até um pouco antes da declaração da pandemia, e não é novidade para ninguém fazermos a radiografia da situação sanitária naquela altura, como é que o País estava, se estava preparado ou não para a enfrentar, quer em termos de recursos humanos, quer em termos de recurso materiais. Não estava! Aliás, o próprio Regulamento Sanitário

Internacional, que há cerca de 8 anos não tinha sido actualizado, nós, por acaso, sem prevermos a pandemia, fizemos esse exercício, 8 anos depois, ou seja, em 2019. A actualização do Regulamento Sanitário Internacional foi um exercício aturado, instrumento importantíssimo nas nossas orientações.

No início, como era e não se podia esperar doutra forma, havia pouco domínio, pouco saber, sobre como lidar com a doença. Quando se junta a isso a falta de recursos, de consumíveis, de medicamentos, das condições de definição dos circuitos, desde a porta de entrada até aos circuitos internos a nível das unidades hospitalares, é natural que foram momentos extremamente difíceis para toda gente, para os profissionais. Quando se fala de profissionais, é preciso falar de todas as diferentes classes, quer dentro da Saúde, como tal, quer os que estão paralelos à Saúde.

Às vezes vemos mais os que estão vestidos de batas brancas, mas há muita gente com outras batas ou com outros uniformes a fazer trabalhos tão importantes como o dos médicos, dos enfermeiros, dos técnicos de apoio ao diagnóstico, dos serviços sociais, refiro-me aqui ao corpo da ordem interna, aos bombeiros, aos diferentes parceiros internos, à Cruz Vermelha, outras organizações da sociedade civil e os administrativos que, nos seus gabinetes, também estão a trabalhar.

Houve um período, podemos e devemos falar da linha de frente, mas o risco era geral. Aliás, ainda é. Qualquer um de nós, se não se acautelar, naturalmente está exposto.

Uma palavra muito importante aos nossos parceiros bilaterais, multilaterais, pessoas da sociedade civil, são-tomenses aqui, no exterior, de forma individual e colectiva, que desde a primeira hora foram contribuindo com aquilo que tinham. Aqui refiro-me aos consumíveis, fundamentais neste processo. Os EPIs, equipamento de protecção individual, ou seja, aqueles que usam o macacão, as máscaras, tocas, óculos, protectores de sapato, há todo um conjunto de equipamentos, máscaras de diferentes tipos, porque todas não têm o mesmo objectivo, ou não têm a mesma capacidade de cobertura e, aliado a isto, há um aspecto que eu depois irei falar, que são os meios de diagnóstico, extremamente importantes para a situamos. Equipa de gente especializada, epidemiologistas e outras áreas de especialidade, tudo isso graças aos nossos parceiros e, sem dúvida também, aos profissionais são-tomenses que deram o seu contributo.

Fomos recebendo, ao longo desses meses, materiais vindos da República Popular da China, do governo chinês e do empresário Jack Ma, em várias séries, do Sistema das Nações Unidas, numa forma geral, da UNICEF, da OMS, do PNUD, outros parceiros bilaterais, Portugal, Brasil, quer dizer, é uma lista longa, refiro-me a materiais, e outros que anunciaram o montante X, o caso do Brasil, há 50 000 dólares, estão aqui disponíveis, mas nós é que adquirimos os equipamentos, colocamo-los cá, assim sucessivamente, outros também vão fazendo e há outros mais. Ainda hoje, esta tarde, eu irei receber, em nome do Governo, mais concentradores de oxigénio. Já tínhamos recebido 50, dias atrás, do PNUD, e iremos receber mais 50. Ventiladores também recebemos de diferentes parceiros.

Neste momento, como sabem, na última reunião em que estive, da Assembleia, nós fornecemos uma lista, certamente isto é muito dinâmico, mas podemos, a qualquer momento, antes de terminar o debate na Assembleia, dar detalhadamente.

Agora, quantificação em valor, não podemos propor. Nós não vamos perguntar ao parceiro quanto é que isso vale. Podemos ter uma ideia, são ofertas, há coisas que estão pontualizada, vamos ao mercado e temos mais ou menos uma ideia, em estimativa, do que isso representa, em termos monetários. Fica este compromisso de fornecimento detalhado. Aliás, ao longo desta semana, todos os dias, iremos receber mais ofertas. Mas é importante também, neste contexto, não nos concentrarmos única e exclusivamente na Covid. O Serviço Nacional de Saúde e o Sistema apanham um todo. Nós não nos podemos esquecer de outras doenças, porque temos que ter a leitura das taxas de mortalidade, e estamos atentos. O que mais mata até este momento, felizmente, e que nem devia morrer ninguém, não é a Covid, são as doenças não transmissíveis. Refiro-me a hipertensão, as diabetes e suas complicações, as deficiências renais, os acidentes de viação, problemas de traumas, tudo isso, temos que estar atentos.

Nós temos um grande desafio, e vem muito bem espelhado no Programa do Governo, que é o combate e a eliminação do paludismo, em 2025. Portanto, temos que estar atentos, não podemos nos distrair. Se toda atenção for, única e exclusivamente, virada para a Covid, outras doenças avançam, HIV/Sida, a tuberculose, não estão parados. Portanto, e há uns programas que são fundamentais também, a saúde materna infantil, o programa alargado de vacinação, tudo isto.

É verdade que cada um de nós aqui pode fazer a sua leitura, a sua avaliação, o seu diagnóstico da situação a nível do Hospital Ayres Menezes, do hospital de campanha, fazer a sua percepção do Serviço Nacional de Saúde. Só que esses exercícios podem ser feitos de duas formas: científica e não científica. De forma científica, há os critérios próprios que são utilizados na avaliação de qualquer serviço nacional de saúde.

No início da pandemia, as portas de entradas foram os primeiros pontos que nós tínhamos que preparar: portos e o aeroporto, foram montadas aquelas estruturas. Não havia o isolamento, não havia sintomáticos respiratórios, tudo isto foi criado em tempo recorde e sempre sob o chapéu de algum medo, para não nos infectarmos.

Neste processo de aprendizagem, e também é verdade que houve, em determinados momentos, défice ou mau uso, isso é outro aspecto importante, dos materiais e o próprios profissionais foram-se infectando. Os circuitos não eram devidamente cumpridos. Depois, com a aprendizagem que fomos fazendo internamente, vocês não imaginam a quantidade de formações que foram e que continuam a ser feitas,

sobretudo *online*, quase que diariamente, e isso foi um dos exercícios onde os profissionais todos, de diferentes extractos, fomos aprendendo, até a utilização correcta dos equipamento de protecção individual (EPI). Muita gente que se infecta é precisamente porque não tem prática e não estava rotinado no manejo de tudo isto.

Quando se vai ver, a medida que nos fomos fortalecendo, quer em matéria de materiais, quer em matéria de equipamentos, quer na utilização correcta dos mesmos, quer nas formações que nós vamos tendo de diferentes parceiros, dos especialistas que estiveram cá, do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) de Portugal, dos Chineses, dos Cubanos, que cá estão e que já estavam, que reforçaram agora, quer dizer, tudo isso hoje, quando se vai ver a taxa de infecção ao nível do País é reduzidíssima, e melhora ainda com a introdução do hospital de campanha.

É preciso também dizer que tínhamos, e ainda temos em certa medida, défice de medicamentos, de consumíveis, porque estamos estrangulados com os transportes. Já tínhamos encomendas feitas desde Janeiro, Fevereiro. Felizmente, há coisa de 2, 3, 4 semanas é que começaram a chegar. E eu tenho aqui uma lista interminável de medicamentos, de consumíveis, de reagentes de laboratório, que chegaram e estão a chegar. Temos três contentores a serem desalfandegados neste momento e temos mais dois que devem chegar dentro de dias. Eram coisas que já estavam adquiridas e que realmente já estávamos a entrar em colapso, em termos de suporte de medicamentos. Nem de avião conseguíamos, não havia, mas hoje já temos a situação muito mais estruturada, muito mais equilibrada.

E temos mais é que nos preparar para as possíveis vagas que poderão acontecer. O cenário de voltar atrás não está de lado. É por isso, neste palco, que eu volto a insistir para nós encararmos a situação de forma muito mais séria, porque não estamos imunes, e o que se vem assistindo no comportamento geral das pessoas parece que a doença não existe. O uso de máscaras diminui consideravelmente, os distanciamentos, e uma série de questões.

Neste quadro, há um aspecto que é muito importante salientar que é, com estas medidas todas, com o confinamento sobretudo e com a redução de número de horas de atendimento nos centros de Saúde, com o receio de as pessoas serem infectadas ao irem aos centros e postos de Saúde, com o défice de medicamentos, todos esse conjunto, levou a quê? A diminuição, por exemplo, das taxas de cobertura vacinal, que é outra questão extremamente importante. A vacinação e a cobertura da população, sobretudo a camada mais jovem. Nós tínhamos contentores de vacinas bloqueados em Gana, na Bélgica, na Suécia. Felizmente eu posso tranquilizar-vos que nós, há cerca de 3 semanas, mais ou menos, temos todo o estoque de vacina repostos. Aliás, os nossos parceiros tinham receio, se tínhamos a capacidade de estocagem de todas vacinas que iam enviar, todas que estavam acumuladas. Hoje temos um programa de retoma, para recuperar aquilo que perdemos. E recuperaremos quase de certeza, na medida em que o número da hora de atendimento nos centros e postos de Saúde já melhorou, já temos o estoque de medicamentos muito mais completo, e em os voos vão chegando mais.

Eu lembro-me do discurso do Sr. Presidente da República, em que falava dos nossos indicadores. Nós estávamos, e acredito que ainda estamos neste patamar, entre os melhores indicadores, em termos de saúde pública, no quadro da cobertura vacinal e outros mais, da África Subsaariana. Não podemos perder esta bandeira.

O laboratório foi e ainda é um ponto importante, quer no combate à Covid-19, quer das doenças, refiro-me particularmente à tuberculose. Os Srs. Deputados conhecem tão bem quanto eu a luta que foi para termos aqui o laboratório PCR. Não bastava ter o laboratório, tinha que ter uma série de equipamentos e treinamento do pessoal, de alto risco, e hoje fazemos os PCR só com o nosso pessoal, fruto dessas formações, todas *online* e outras aqui, porque os especialistas estavam e ainda estão cá, a nos assessorar e apoiar no campo do laboratório.

Se repararem, nos boletins, o número de testes PCR estão a aumentar, e vai aumentar ainda mais, as cabines foram certificadas, o perito regressou na Sexta-feira, que nos dá mais uma capacidade maior de testes, e estamos a negociar a aquisição, o mais rapidamente possível, do extractor automático de RNA, o que nos irá permitir fazer até 250 a 300 testes, por dia. Temos que pensar nisso, porquê? Porque se tivermos que abrir o País, assim queira Deus que aconteça, o País e todo resto do mundo está a tomar as medidas de testagem obrigatória, vamos ter que o fazer, sob pena de estrangularmos, por outro lado, a economia, porque é menos gente que entra, menos turistas. Temos que resolver rapidamente, e o trabalho está a ser feito neste sentido.

Portanto, Srs. Deputados, no boletim de ontem, tínhamos 863 casos acumulados, e 696 recuperados, o que dá uma taxa de cobertura por volta de 80%, o que é muito bom. Ninguém pode assustar-se quando vê isto. As pessoas perguntam se isso não para de subir. Não vai parar, vamos ter sempre mais casos, à medida que fomos testando mais, até que chegue a um momento em que se terá a pandemia controlada. Agora, temos é que ter a capacidade de, em termos de epidemiologia, ir captando mais contactos, reagindo de forma mais rápida e melhorar a nossa capacidade de resposta, o que melhorou consideravelmente após a entrada do hospital de campanha. Aí o circuito foi muito bem definido pelos especialistas que estiveram cá, de várias partes do mundo, e hoje podemos dizer que a probabilidade de um profissional se infectar no hospital de campanha é muito mas muito baixa. Desde que os circuitos sejam feitos, ninguém se cruza com ninguém. Quem sai não cruza com quem vai entrar. Se tiverem os cuidados todos, já estão muito bem treinados, até preferimos manter equipas fixas, de maneira que se tornam em especialistas neste ramo.

Srs. Deputados, somos católicos, acreditamos em Deus, mas é importante apostar nos homens. Nada teria sido feito sem as pessoas, sem os profissionais, a quem o Governo, com muita honra, fez o reconhecimento público às diferentes classes, e outros grupos irão ser reconhecidos. Nunca é demais reiterar estes agradecimentos. Um esforço, coragem, mas é verdade também que nem todo mundo teve a mesma coragem nesse processo. Eu lembro-me perfeitamente de ver combatentes a fugirem. Recusavam-se em fazer isso, mas também houve muita gente que foi, ariscou, ficou infectada, mas esteve lá. Os verdadeiros heróis! Como eu dizia doutra vez, «os guerrilheiros da guerra sem armas na mão», sob o risco, mas fizeram. E nós temos, permitam-me o termo, que lhes «tirar o chapéu».

Eu acho que consumi muito tempo, mas tocaria aqui num aspecto que são os subsídios. Para o pessoal da Saúde, o subsídio de risco já vem comtemplado. O que se criou foi um subsídio especial de risco, porque por lei o subsídio existe, na Saúde. E para esclarecer rapidamente, tínhamos feito uma proposta, reunimos com os sindicatos, com as ordens, com as associações profissionais, e tratamos sempre de trocar ideias sobre a tomada de posição aqui e acolá, e tínhamos colocado uma proposta, mas os sindicatos, na altura, acharam que a proposta não era a melhor. Então, deixámos esse exercício entre os sindicatos e o departamento específico do Ministério do Planeamento e Finanças. Depois de várias rondas, chegou-se a um entendimento. O que houve é que os sindicatos não tinham todos a mesma posição, porque uns estavam de acordo e outros não, e havia urgência, as pessoas queriam os seus subsídios, e têm todo direito, mas esses subsídios podiam ser carcomidos pelo IRS, o que levaria a que os subsídios fossem muito baixos. Mas já se chegou a um entendimento, leva mais tempo, mas é um assunto que está em resolução, a justiça será feita e quem tiver que ser pago receberá mutuamente o seu subsídio.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro da Saúde.
Tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho.

O Sr. **Ministro do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional** (Adlander Matos): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas Membros do Governo: Vou procurar ser breve, fazendo referência ao pagamento de resiliência. Neste momento, quanto ao sector formal, pagamos 93 empresas. Como é que foi o processo? Nós transferimos o valor às empresas e estas depois fazem ao pagamento aos trabalhadores, num montante total de Dbs. 6 276 000 00 (seis milhões, duzentos e setenta e seis mil dobras).

O sector informal é o processo que vai se arrastando mais, porque nós estamos a fazer o pagamento individual, cada um recebe o seu cheque. Nos próximos dias, esse processo vai estar mais acelerado e passaremos a fazer o pagamento nos distritos, ou seja, taxista, cambista, camionista, todo o pessoal do sector informal que se candidatou irá receber o seu valor.

Eu gostaria de fazer referência a cestas básicas, respondendo à questão levantada pelo Sr. Deputado Ekneide Santos. É importante saber qual foi a responsabilidade e a intenção do Governo com as cestas básicas. O Governo adquiriu as cestas básicas através das firmas comerciais, transferiu os produtos para as Câmaras e, em colaboração com os serviços distritais da Protecção Social, distribuiu essas cestas básicas.

É preciso dizer que a nossa preocupação era para com as pessoas, porque no momento do confinamento muita gente não tinha como obter alimentos para as suas famílias. Se correu mal, vamos assumir também que distribuir comida, em qualquer parte do mundo, não é fácil.

Fez referência que se distribui para os da maioria. Não é bem assim! Pessoas de todos os partidos receberam.

Fez referência ao Distrito de Água Grande, podíamos utilizar elementos comparativos ou podemos falar do Distrito de Mé-Zóchi, que é uma Câmara que não é do MLSTP/PSD, mas que o processo também foi confuso. Em todos os distritos, se calhar não correu como devia, mas uma certeza nós temos: muita gente recebeu cestas básicas, e pessoas de todos os partidos! Todos os são-tomenses que precisavam, grande parte, receberam cestas básicas, e a intenção do Governo era levar cestas básicas a essas pessoas.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro do Trabalho.
Tem a palavra o Sr. Ministro da Juventude e Desporto.

O Sr. **Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo** (Vinício Pina): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo: Em resposta àquilo que foi o questionamento do Deputado Ekneide Santos, percebo alguma dúvida, tendo em conta que tomou conhecimento através de comunicação social, não creio que seja a melhor forma, mas o empreendedorismo não está limitado à juventude. O Meu Ministério tutela o empreendedorismo e isto não limita a idade do empreendedor.

Referente ao Projecto Empreende Jovem, é um projecto que o Ministério tem estado a realizar em parceria com o PNUD. O projecto foi todo ele desenhado para o desenvolvimento do empreendedorismo no País. Evidentemente, quando o elaboramos, não se previa a questão da pandemia Covid-19. Portanto, o projecto foi aprovado ainda no final do ano passado, para ser implementado a partir do início do ano. Tendo em conta que no início do ano nos deparamos com a questão da Covid-19, permitiu-se que o projecto sofresse alguma alteração, para se adequar também ao momento. Foi nessa perspectiva que o PNUD e o

Ministério trabalharam, lançando uma primeira fase do Projecto Empreende Jovem, virada para uma resposta de mitigação às consequências da Covid.

Falamos de resposta de mitigação, tanto do ponto de vista sanitário, quanto no ponto de vista de empregabilidade e económico. Nesta primeira fase, lançou-se o concurso, sem definir a idade, na perspectiva de os empreendedores nacionais apresentarem de facto uma solução para mitigar esta consequência da Covid. O concurso foi lançado exactamente pelo PNUD, através da sua plataforma de contratação «*procurement*», os concorrentes foram seleccionados por uma equipe de avaliação composta por 7 elementos, em que o próprio Ministério tinha presente dois elementos no jurado, e nós acreditamos que passou por todos os critérios, conforme o termo de referência que se tornou público. Portanto, se não tivesse tomado conhecimento através da comunicação social, mas através de meios próprios, ia perceber que o termo de referência e todos esses aspectos que constituem dúvidas neste momento estavam aí bem esclarecidos.

Também para dizer que se tratou de uma fase específica, tendo em conta o momento, mas o Empreende Jovem vai voltar ao seu objectivo inicial, direccionado para a juventude do País.

Agora, a questão de idade, conhecemos a realidade do País, se formos limitar a nossa juventude aos 25 anos, há país que define 29 anos, há país que define 35 anos. É uma questão que, como disse e bem o Presidente da Assembleia, a nossa Constituição não define. Mas porque nós queremos atingir um grande número de jovens, sobretudo aquele que tem necessidade deste apoio, nesta segunda fase, estamos a definir até 40 anos, para podermos dar respostas aos jovens, sempre tendo como objectivo gerar o desenvolvimento do empreendedorismo nacional e gerar também o emprego jovem.

Portanto, era isso que gostaria de esclarecer, uma vez mais realçar que estamos sempre em concertação, é um projecto em parceria, e o nosso parceiro que lançou este concurso trabalhou juntamente connosco na selecção das empresas, fê-los de forma bastante transparente, e estamos disponíveis para o fornecimento de relatórios de todos e qualquer processo em que esteja envolvido este Projecto Empreende Jovem.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro da Juventude e Desporto.
Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Obrigado, Sr. Deputado Abnildo, pelo seu crioulo. Claro que é um comunicador. «*Putugueje tê oquê, santomé tê blôgodô, êlê mandá cû dô dôçu lingua sé a cá subli inem cu mom un son, bila dêss' inen cu mom un son mo d' oquê má calá.*»

Risos e murmúrios.

Em relação aos investimentos na Saúde, muito já foi aqui respondido, mas eu gostaria que, além dos 14% no orçamento da Saúde, que vissem a saúde de maneira sistémica. Quando fazemos investimentos nas infra-estruturas, estamos também a contribuir e a investir também na saúde, para que as ambulâncias circulem em condições mais perfeitas, para que as mulheres grávidas, por exemplo, cheguem ao hospital mais cedo. Portanto, quando nós investimos na agricultura, estamos a investir na saúde. A agricultura é nutrição, alimentação saudável, auto-suficiência alimentar. A alimentação é o primeiro remédio. O Sr. Ministro da Saúde já respondeu relativamente aos profissionais da Saúde, os subsídios. Neste momento, pelas informações que tenho, creio que foi na Sexta-feira que fizemos a reunião do Comité de Crise e hoje confirmei com o Sr. Ministro do Plano e Finanças, que esses subsídios já estão no salário deste mês. Portanto, é um problema resolvido. Foi um parto difícil, mas está concluído.

Há uma questão que normalmente é recorrentemente badalada, que é este problema de continuidade de Estado, passagem de pasta. Penso que é chegado o momento para termos que repensar tudo isso, porque não através de um seminário, em que todos nós possamos estabelecer uma fronteira clara entre aquilo que é privado e aquilo que público, aquilo que é património comum de todos os são-tomenses. Penso que, possivelmente, através desses esclarecimentos, ficaremos, de uma vez por todas, curados. Porque eu pego alguns exemplos: a estrada de Palha, por exemplo, Margarida Manuel, é uma estrada que começou com o governo anterior. Neste momento, nós acrescentamos a parte de Cabeça Cal/Bom-Bom. Essas obras têm que ser, as populações precisam, temos que continuar. Há obras que este Governo lança que, possivelmente, não vai poder concluir. Há obras que eu chamo «de cabelos brancos». Estou assim a me lembrar de algumas na educação, pelas afinidades que eu tenho com o Sector. Por exemplo, a escola de San Marcos. Desde quando é que começou? Já há muito tempo! E não está concluída. Podíamos pegar noutros exemplos. Olha, inaugurámos agora a Escola Básica de Ribeira Funda. Essa escola já vinha há muito tempo. Houve um hiato durante os 4 anos. Tivemos que pegar agora, mas obras que são do Estado, que são do Governo, que são do património de todos, têm que ser concluídas. Portanto, esta é a missão de qualquer governo e, sobretudo, para o bem de São Tomé e Príncipe.

O Deputado Ekneide, creio, levantou questões atinentes à Universidade Pública. Já me colocaram esses problemas. Estamos a encontrar formas de resolvê-los. Como compreenderá, são questões novas que aconteceram durante precisamente este período de estado de emergência. Por aquilo que me informaram, os professores continuaram a dar aulas, digamos assim, ou a transmitir matéria via *online*. E, naturalmente, se trabalharam, vamos encontrar formas para podermos resolver essas questões de subsídios.

Portanto, assim, muito rapidamente, era este pequeno complemento que eu queria trazer aqui, de forma muito sintética.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Gostaria de usar da palavra nesta reunião plenária, para dar também o meu contributo, enquanto Deputado, representante do povo. Pelo *timing* da minha intervenção, algumas questões foram já esclarecidas, respondidas pelos Srs. Ministros que usaram da palavra, mas, mesmo assim, vou aprofundar um pouco mais nesta minha intervenção, com poucas questões e mais contribuição.

Antes de começar, gostaria de apresentar três premissas que devemos todos ter presentes:

A primeira premissa é que este Orçamento Rectificativo tem como base a Covid-19. Temos que ter isso presente.

A segunda premissa é que, falando de Orçamento, estamos a falar obviamente também de valores, de dinheiro, e que grande parte dos valores que nós falarmos aqui não é nossa, não vem do nosso esforço, não vem do nosso trabalho. É dinheiro dos nossos parceiros que, há muitos anos a esta parte vêm nos ajudando. Quando discutimos dinheiro, temos que ter isso também presente. Não é nosso!

Terceira premissa e última, é que nós vivemos, obviamente, um momento excepcional. Neste momento excepcional, numa primeira fase, foi o estado de emergência e agora estamos em estado de calamidade. Logo, em toda a nossa actuação, na coisa pública, na vida pública, devemos ter isto presente. Nós não estamos num momento normal, num estado normal.

Dito isto, começaria por alguns ministérios e, já que estamos no Orçamento Rectificativo, devido à Covid-19, vou começar pelo Ministério da Saúde que, como já disse, é o caso de um dos Ministros que já avançou um pouco as minhas preocupações e aquilo que eu tinha aqui a dizer. Mas, antes, o Sr. Primeiro-Ministro, numa das suas passagens aqui, hoje, usou uma frase que, com a sua permissão, eu não concordo. Não vou aceitar, e explico porquê? Disse: «podem ficar descansados quanto ao financiamento do Sector da Saúde. Eu nunca vou ficar descansado, Sr. Primeiro-Ministro. Quanto à questão de saúde. A história recente, nesses últimos meses, nos demonstrou que não devemos acreditar nas palavras de nós políticos quanto a este sector. Quer dizer, quanto a todos, mas este, como briga com o bem fundamental e maior que é a vida, eu não vou ficar descansado, nem vou acreditar, enquanto não encontrarmos um sistema de saúde que nos permita, de facto, ter alguma esperança. Eu espero que faça, quando fizer, para todo o povo, não só eu, ficar descansado.

O Sr. Ministro da Saúde disse aqui, e essa é a minha preocupação, Covid, sim, mas Covid é uma pandemia, isto é, atravessa fronteiras, todos os países, países ricos e países pobres, toda gente, ninguém escapa! Quando assim é, tudo está sendo feito, os grandes países, os grandes financiadores a nível internacional, para se encontrar uma vacina, ainda não se encontrou, e nós, como vivemos de ajudas externas, vamos vivendo também nesse comboio, nessa carruagem, porque como o mundo hoje é global, se eles também não nos ajudarem, os países pobres, eles serão afectados também. Por isso, a ajuda virá, de certeza!

A minha grande preocupação, hoje, e eu já disse também, numa das minhas intervenções aqui, é com algo que nós, às vezes, não damos muita importância, porque não nos afecta hoje como nos afectou no passado, é o paludismo. Para mim, eu fico mais preocupado com o paludismo, eu peço desculpa ao dizer isso publicamente, do que com o Covid. Se formos ver os nossos comportamentos, hoje, depois desses 4, 5 meses, parece que, e eu falo à vontade, as pessoas já me conhecem, mesmo alguns dirigentes, eu próprio, no início ficámos com medo da Covid, porque era algo desconhecido, mas hoje em dia parece que esse medo já diminuiu, o que é também mau, é perigoso, porque a doença não desapareceu, ainda não há vacina. Nós notamos o comportamento das pessoas no dia-a-dia, na sociedade, que isso parece não ser o que é.

O paludismo, eu digo paludismo, porque eu sou um sobrevivente do paludismo. Eu digo sempre isto, como muitos de nós, de certeza, a grande maioria. Logo, toda atenção deve ficar virada não só para o paludismo, obviamente, como disse o Sr. Ministro, outras doenças também não transmissíveis, mas não podemos vacilar na questão do paludismo, porque para o paludismo não vamos ter a ajuda que estamos a ter com a Covid, porque o paludismo não é uma pandemia. Pode ser uma epidemia, mas não é uma pandemia. Há países aos quais o paludismo não diz nada. Basta os seus governos dizerem: «não viajem para aquele país, não vão para aquele, porque correm o risco de apanhar malária».

Por isso, eu espero que o Governo tenha atenção, obviamente, todo o foco na Covid, que é a doença que está na moda, mas não descurar de toda atenção que devemos virar para o paludismo.

Ainda sobre a saúde, gostaria de dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que encontro no Orçamento Rectificativo, no Ministério da Saúde, uma rubrica, Luta Contra o Paludismo, no valor de 3 milhões. Falo da penúltima página do Orçamento Rectificativo, onde fala dos Ministérios. Ministério da Saúde, Luta Contra o Paludismo, no valor de 3 milhões, inferior a, por exemplo, outra rubrica que é a reabilitação, instalação e apetrechamento do edifício do Ministério, no valor de 7.700 milhões.

Esta é uma preocupação que eu tenho. Luta Contra o Paludismo, 3 milhões, reabilitação, apetrechamento, instalação do Ministério, 7 milhões. É o que eu encontrei e dou como exemplo.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Isso é especialidade.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Obviamente, nós estamos na generalidade, mas só dou este exemplo, para quando chegarmos à especialidade irmos rubrica por rubrica.

Ministério de Infra-estruturas. Quando o ADI foi poder, recentemente, nós ouvíamos a oposição dizer que o governo não estava a fazer favor nenhum, era uma obrigação. Várias vezes. O poder, quando estava na oposição, dizia isto. Hoje, eu também digo que as melhorias que estão a ser feitas neste sector não são favor nenhum, são uma obrigação dos compromissos eleitorais que cada um apresentou, e quem governa, obviamente, também apresentou os seus compromissos para com o povo de São Tomé e Príncipe. Mas há um aspecto que eu tenho que, como cidadão que vive aqui, estou aqui e espero continuar aqui...

Risos do MLSTP/PSD.

...dizer. Há um esforço notório no fornecimento da energia, que eu espero que continue assim. No fundo, aproveito para dizer que, neste aspecto, o Governo melhorou e tem demonstrado. O fornecimento da energia, pelo menos nesses últimos meses é bom.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Não preciso de palmas! Peço desculpas, não preciso de palmas!

É bom também dizer que o Governo do ADI também teve muitos meses de boa energia. Para além de estender energia a muitas comunidades, também vivemos um período em que não faltava energia. Já muito próximo das eleições, da campanha, aí é que começaram problemas quanto ao fornecimento de energia que, até hoje, eu não consigo encontrar uma explicação, o porquê disso.

Por isso, espero que também neste Governo, hoje, há esse fornecimento regular, com poucas falhas, mas que continue assim e que melhore, porque não há nenhum país que se desenvolve sem energia. Mas se falamos da energia, temos que falar da água, o que eu já não posso dizer quanto a água. Já que estamos no Orçamento Rectificativo, por causa da Covid, a água é um elemento fundamental no combate a esta pandemia. Ainda nos últimos dias, o Sr. Ministro da Saúde, aqui, falou do distanciamento, da lavagem das mãos, das máscaras. Como é que fica a lavagem das mãos, se há muitas comunidades, muitas zonas, muitas localidades em que não há o fornecimento de água, para fazer face a esta pandemia? Falo da minha zona, onde eu vivo, há dias que não temos água. Há comunidades que não têm mesmo água. Não é dias, nunca têm água. E é um problema que o seu Governo, Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Ministro de Infra-estruturas, deve fazer mais.

O Ministério da Agricultura lançou, e eu vi o Sr. Primeiro-Ministro na Televisão «*Bamú ximiá, pa nóm bê cuá cumé*». Eu ando um pouco por este País e quero aqui dizer que esta campanha tem surtido algum efeito. Parece que entrou mesmo na consciência dos são-tomenses e há muita gente a plantar, muita gente a produzir. Aí sim, eu fico preocupado, e eu já discuti isso com o Sr. Ministro da Agricultura. É daqui a uns meses, acho que vamos ter excedente de produção. Eu acho que vamos ter. Aquilo que eu vejo nas comunidades onde eu vou e por onde passo, não sei se o Governo já está a pensar nisto. É muita gente a produzir quase as mesmas coisas, porque o Governo pediu também essas coisas: banana, mandioca. Na zona Sul, muita mandioca, matabala, e o meu receio é que, quando começar o momento de colheitas, como toda gente está a produzir as mesmas coisas, a oferta seja tanta que o preço vai diminuir. A diminuição do preço pode não compatibilizar com o custo total que os agricultores puseram para aquela produção. Por isso, é bom que o Governo comece a pensar seriamente nisso, porque daqui a uns meses nós vamos ter resposta disso que estou a dizer. No fundo, como escoar toda essa produção? Hoje ainda não estamos ver, não estamos a sentir, mas eu sei que vamos ter excedente de produção nessa matéria, especialmente agricultura. Não falo de horticultura, que não conheço muito bem, mas na agricultura sei que vamos ter excedente de produção.

Finanças. No sector financeiro houve, com o Ministério de Trabalho também, essa ajuda, quase como *ley-off*, para os trabalhadores, para manter os empregos dos sectores mais afectados, mas todo esse trabalho poderá ser um «apanhar de água com cesto», se também não tiverem uma intervenção nas empresas, porque não faz sentido estar a pagar, não faz sentido, entre aspas, faz sentido sempre pagar os trabalhos, para não perderem o emprego, mas o que eu estou a dizer é que não faz sentido pagar hoje, para depois 3 meses, 4 meses depois, mesmo assim, os trabalhadores irem para o desemprego. A Covid-19 veio para ficar! Pelo menos este ano, não estou a ver, até Dezembro, os especialistas, os cientistas dizem que até próximo ano, até meados do próximo ano, vacina, nada. Se vacina nada, então esses sectores vão continuar com dificuldades e com problemas. Logo, como é que fica a garantia do emprego dos sectores que continuam e vão continuar a estar afectados? Pagam 3 meses, ok, e depois de 3 meses, há empresas, restaurantes, bares, hotéis, que vão continuar a desempregar pessoas. Não há dúvida disso. Então, é bom que se pense também numa forma de que as empresas não despeçam trabalhadores, porque não têm como pagar.

A Comunicação Social é outro sector fundamental para o combate a esta pandemia. Há localidades, isso não é deste Governo, já vem de vários governos, o anterior também e antes do anterior governo, há localidades que ainda não apanham a TVS. A zona Sul: Porto Alegre, Malanza, não apanha a TVS. Aquela comunidade não tem informações suficientes que nós aqui em Água Grande temos sobre o combate à Covid-19. É verdade que alguns técnicos, eu tenho conhecimento, foram formados, vêm aqui para a capital,

para Água Grande, têm uma formação, depois levam essa informação para a comunidade, falam um bocado com algumas pessoas, mas sabemos que não é igual a estar sentado, todas as noites, a ouvir falar da pandemia, ouvir falar da Covid-19, etc. Eles não têm acesso a isso, não têm o sinal da TVS, há meses!

Há situações naquelas comunidades, algumas pessoas um pouco mais espertas vêm para a cidade gravar programas. Gravam novelas, gravam jogos de futebol, etc., e vão vender três capítulos de novelas por 10 dobras. Quem é do Sul sabe o que eu estou a dizer. A Sra. Deputada sabe. Há uns espertos, que perceberam que é uma forma de fazer dinheiro, vêm, gravam novelas e levam, cada família que quiser paga, três capítulos, às vezes quatro, dependendo, 10 dobras. As pessoas compram cada capítulo de novelas, cada jogo de futebol, etc., etc. Compram novelas! É um negócio lá do Sul. Tudo porque, como são-tomenses, não têm direitos a um bem fundamental que é a informação, o laser, que é o que conseguimos aqui através da TVS. Logo, a justiça social é uma coisa muito discutida na nossa democracia, se todo o povo é igual perante a lei, etc., etc.

Justiça, para terminar. Com a pandemia, aumentou a violência doméstica, Sra. Ministra. Aumentou e de que maneira! Na minha opinião, são sinais, também para si, Sr. Primeiro-Ministro, de que o País está com dificuldades. Sempre esteve, mas cada vez piora e aumenta as dificuldades. Quando a Polícia Nacional faz o balanço, os crimes de violência doméstica e de abuso sexual de menores estão a aumentar, consideravelmente. Logo, é algo para todos nós ficarmos preocupados, para todos nós trabalharmos para inverter essa situação, para proteger as menores, que são abusadas, violentadas sexualmente, os membros de famílias, que são violentadas de todas as formas, físicas, psicológicas, emocionais, etc., etc., não só devido à pandemia, mas as dificuldades económicas e sociais que vão enfrentando, dia a dia.

Para terminar, e mesmo para terminar, a conclusão a que cheguei, depois de alguma reflexão sobre o nosso país, permitam aqui partilhar convosco, tem também a ver com a Covid-19, de uma forma mais indirecta, é que o nosso país, já há algum tempo a esta parte, há muitos anos a esta parte, corre um grande risco. A nossa democracia corre um grande risco que é preciso repensarmos e pormo-nos de acordo, porque a forma como está e se nós continuarmos, não é a solução. Infelizmente, e eu não tenho problema de fazer a minha culpa, nos últimos anos, nas minhas intervenções públicas, políticas, também tenho que fazer a minha culpa, mas a sociedade está virada para a política. Completamente! Tudo é política! Quando assim é, a própria democracia está em causa. Quando nós temos as magistraturas judiciais, salvo raras excepções, obviamente, eu falo em termos abstractos, completamente politizada, a democracia está em causa! Quando nós temos, e eu vi aqui no Programa do Governo, comunicação social neutra...

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Tempo.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — ...o tempo já acabou, pronto, eu termino só dizendo isso: quando a comunicação social está completamente politizada, quando a sociedade civil organizada está completamente politizada, tudo socialmente está politizado, então é campo aberto, aí sim, para auto-estrada da corrupção, do desmando, de não responsabilização, porque não há controlo. Ninguém controla nada, ninguém controla ninguém! Se tudo é política, mesmo os externos, que têm a obrigação de controlar, estão politizados, então, o nosso país está a correr um grande risco, e a nossa democracia está em causa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar da Coligação.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para saudar o povo de São Tomé e Príncipe, em primeiro lugar.

De seguida, saudar a si, Sr. Primeiro-Ministro, e o seu elenco.

Saudação especial aos colegas Deputados.

Eu, na verdade, primeiro aspecto, gostaria, muito sinceramente, de saudar o Governo. Eu tinha assinalado isso aqui, e o Deputado que me antecedeu fez menção a isso, mas não custa nada repetir. Eu fui consultar uns dados e percebi que, em Dezembro de 2018, havia, no País, uma produção energética que oscilava entre oito e 10 megawats. Hoje, passando qualquer coisa como 21, 22 meses, temos uma capacidade de produção de 26 megawats, e a EMAE disponibiliza 18,5, sinal de que há trabalho a ser feito.

Eu gostava de, neste púlpito, na qualidade de um dos Deputados que apoia ou suporta o Governo politicamente, cá na Assembleia, deixar esta palavra de apreço ao Governo e desafiar a si, Sr. Ministro das Obras Públicas, Sr. Primeiro-Ministro, também, que prossigam nesta senda, para que possa aumentar mais e mais.

Gostava, de igual modo, vou fazê-lo sempre, de deixar uma palavra de encorajamento ao Governo, que desde que entrou até então não foi ao banco buscar empréstimos para pagar salários. Eu acho que isso tem que ser frisado. Porquê? Porque o juro que os bancos comerciais cobravam, pelas informações que eu tenho, era de 1%, o que representava muito valor para o nosso Orçamento. Um governo que conseguiu, de alguma forma, superar isto, merece o nosso respeito, merece a nossa total consideração.

Deixe-me, de seguida, Excelência, saudar rapidamente o pessoal da Saúde. Estou a enfatizar os médicos, os enfermeiros, o pessoal da acção médica que, de forma corajosa, têm estado a trabalhar para que hoje os dados, os indicadores em relação à Covid-19 tendem a ser invertidos.

Disse o outro Deputado que muitos ficaram com medo, eu sou um dos, mas hoje continuo a respeitar as recomendações, desafio o nosso povo a continuar a respeitar as recomendações, para que nós possamos encontrar dias mais confortáveis, em relação à Covid-19.

Sr. Primeiro-Ministro, gostava de focar um pouco a minha atenção no aspecto que tem a ver com a terceira linha do seu Programa, em termos das opções políticas, que é «melhoria da qualidade de saúde e protecção social». Nós temos estado a perceber, neste país, que existem umas franjas da população que sofrem duplamente o impacto de qualquer mazela que acontece no País, e neste caso em relação à Covid-19. Estou a referir-me aos idosos, estou a referir-me aos cegos e às pessoas portadoras de deficiências. Essas gentes sofrem duplamente o impacto nefasto da Covid-19, no nosso país. Daí, uma atenção especial deve ser dada a esse segmento populacional, porque o dia-a-dia dessas pessoas realmente não deixa nenhuma margem de conforto, para qualquer tipo de intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Líder Parlamentar, gostaria que concluísse.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Estou a concluir, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Ou deixe uma parte da sua intervenção para amanhã de manhã.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Estou a concluir. Minutinho só, eu já termino.

O Sr. **Presidente**: — Faz favor.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Deixa-me dizer também, Sr. Presidente, que eu tenho preocupação com um sector que é fundamental para o crescimento do nosso país, que é o Turismo. É imperioso que nós discutamos aqui uma forma de dar uma atenção particular ao sector turístico. Temos que encontrar essa forma de dar uma atenção ao sector turístico e uma dessas formas é a melhoria da condição de saúde. Os turistas têm que ter a certeza de que, ao virem a São Tomé, correm pouco risco. Então, há sinais no Orçamento, temos é que dar prioridade, materializar as políticas focadas neste sector. Lá fora, a situação de saúde, em termos do sistema de saúde, é melhor que a nossa e o preço do turismo lá está a ser mais barateado. Como fazer concorrência? Então, temos que encontrar condições de melhoria para oferecermos o nosso produto com garantia de bom investimento.

Por último, chamar atenção, Sr. Presidente, para se dar uma atenção a investimentos no sector privado nacional. Esse sector é a garantia também de postos de emprego.

O Sr. **Presidente**: — Já não temos mais tempo. Os inscritos poderão ter prioridade de intervir amanhã. Quais são os Srs. Deputados que querem conservar a sua inscrição, ou não? Sr. Deputado Carlos Correia? Não. O Sr. Deputado Arlindo Ramos, mantém? São os dois? Portanto, amanhã iniciaremos os nossos trabalhos com a intervenção do Sr. Deputado Arlindo Ramos.

Portanto, vamos encerrar por hoje e amanhã, às 9 horas, continuaremos.

Está encerrada a sessão.

Eram 14 horas e 5 minutos.

Faltou a sessão a seguinte Sra. Deputada:

Acção Democrática Independente (ADI):

Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos **Ramos**